

ELISA VOLKMER GONÇALVES

**ASPECTOS TRIBUTÁRIOS INERENTES A UMA EMPRESA DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de Especialista em Contabilidade e Finanças.

Profº. Jaime Bettoni

CURITIBA

2008

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Helena de Fátima Nunes, ao coordenador Moisés Prates Silveira e em especial ao meu orientador Jaime Bettoni, que me acompanhou com muita competência e profissionalismo.

A empresa, pelas informações concedidas.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho. Muito Obrigada!

DEDICATÓRIA

A DEUS, que me concebeu força e sabedoria para superar as dificuldades e alcançar com êxito o objetivo do trabalho.

A minha família que me incentivou e ao meu namorado por estar sempre ao meu lado.

RESUMO

Gonçalves, Elisa Volkmer. Aspectos Tributários Inerentes a uma empresa de Prestação de Serviços. UFPR, 2007.

A carga tributária brasileira é uma das mais elevadas do mundo. Estima-se, que no Brasil, existem mais de 80 diferentes tipos de tributos, entre taxas, impostos e contribuições. O crescimento desordenado dos tributos cobrados nos últimos anos tem provocado constantes recordes de arrecadação, chegando no primeiro semestre de 2008 ao patamar de 37,27% do PIB, segundo cálculos do IBPT. Diante deste cenário, é importante que as empresas façam um planejamento tributário para diminuir de forma lícita essa carga tributária excessiva. Como exemplo de planejamento tributário pode-se citar a comparação entre os regimes de tributação (Lucro Presumido, Lucro Real, Lucro Arbitrado e Simples Nacional) para verificar em qual deles há uma maior economia do ônus tributário. Após a apuração dos resultados e com a constatação de que, quando optado pelo regime tributário adequado, pode garantir, em alguns casos, a manutenção da empresa no mercado tão competitivo.

Palavras chave: Tributos, Regime Tributário, Economia Tributária.

LISTA DE ABREVIATURAS

ART – Artigo

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido

CTN – Código Tributário Nacional

DL – Decreto Lei

IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário

ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

IN – Instrução Normativa

INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social

IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica

ISS – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza

LALUR – Livro de apuração do Lucro Real

LC – Lei Complementar

PAES – Parcelamento Especial

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social

REFIS – Programa de Recuperação Fiscal

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

STJ – Superior Tribunal de Justiça

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Impostos e Contribuições devidas pelas empresas optantes pelo Lucro Real	19
Tabela 2: Percentuais aplicáveis para pagamento do IRPJ por estimativa.....	22
Tabela 3: Impostos e Contribuições devidas pelas empresas optantes pelo Lucro Presumido	25
Tabela 4: ISS.....	26
Tabela 5: Percentuais aplicados ao Lucro Arbitrado	28
Tabela 6: Alíquotas para o Simples Nacional – Prestação de Serviços.....	30
Tabela 7: Demonstração do Resultado do Exercício pelo Lucro Presumido	36
Tabela 8: Total de Tributos pagos.....	38
Tabela 9: Base de Cálculo para PIS e COFINS	39
Tabela 10: Valores de IRPJ e CSLL	40
Tabela 11: Demonstração de Resultado do Exercício pelo Lucro Real	41
Tabela 12: Comparativo Lucro Líquido do Exercício	41
Tabela 13: Comparativo ano 2005	42
Tabela 14: Comparativo ano 2006	43
Tabela 15: Comparativo ano 2007	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de Mortalidade de Empresas no Brasil	3
Gráfico 2: Evolução do Patrimônio Líquido	37
Gráfico 3: Evolução do Resultado dos Últimos Exercícios	37
Gráfico 4: Total de Tributos pagos.....	38
Gráfico 5: Valores de PIS e COFINS pelo Lucro Real	40
Gráfico 6: Comparativo ano 2005.....	42
Gráfico 7: Comparativo ano 2006	43
Gráfico 8: Comparativo ano 2007	44

LISTA DE ABREVIATURAS	iv
LISTA DE TABELAS.....	v
LISTA DE GRÁFICOS.....	vi
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Justificativa	3
1.2 Objetivos.....	4
1.2.1 Objetivo Geral:	4
1.2.2 Objetivos Específicos:.....	4
2 SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	5
2.1 Direito Tributário	5
2.2 Legislação Tributária	6
2.3 Tributos.....	6
2.3.1 Tributos Federais, Estaduais e Municipais.....	9
2.4 Contabilidade Tributária.....	10
3 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO	11
3.1 Finalidades	11
3.2 A importância do Planejamento Tributário.....	12
3.3 Tipos de Planejamento Tributário	13
3.4 Elisão Fiscal e Evasão Fiscal.....	13
3.4.1 Conceito de Elisão Fiscal.....	13
3.4.2 Conceito de Evasão Fiscal.....	14
3.5 Regimes Tributários	15
3.5.1 Tributação pelo Lucro Real.....	15
3.5.1.1 Pessoas Jurídicas Obrigadas ao Lucro Real	15
3.5.1.2 Opção pelo Lucro Real	16
3.5.1.3 Ocorrência de Obrigatoriedade ao Lucro Real durante o ano calendário	17
3.5.1.4 Base de Cálculo do IRPJ e CSLL.....	17
3.5.1.5 Principais Tributos Federais	19
3.5.1.6 Período de Apuração	20
3.5.1.7 Estimativa	22
3.5.2 Tributação pelo Lucro Presumido.....	23
3.5.2.1 Vantagens e Desvantagens.....	24
3.5.2.2 Opção pelo Lucro Presumido	24

3.5.2.3 Principais Tributos Federais25

3.5.2.4 Imposto sobre serviços26

3.5.3 Tributação pelo Lucro Arbitrado26

3.5.3.1 Auto-Arbitramento27

3.5.4 Simples Nacional28

3.5.4.1 Definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte29

3.5.4.2 Vedações29

3.5.4.3 Recolhimento Único29

4 METODOLOGIA.....31

4.1 Caracterização da Pesquisa.....31

4.2 Procedimentos Metodológicos32

5 ESTUDO DE CASO.....32

5.1 Breve Histórico32

5.2 Dados Gerais.....33

5.3 Serviços Prestados.....33

5.4 Organograma35

5.5 Situação Atual36

5.5.1 Evolução do Patrimônio37

5.5.2 Regime atual de Tributação – Lucro Presumido38

5.6 Tributação pelo Lucro Real.....39

**5.7 Análise comparativa do regime atual e alternativa para outro
regime (Real)42**

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....45

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS46

ANEXOS.....48

1 INTRODUÇÃO

A carga tributária brasileira é uma das mais elevadas do mundo, sendo o Sistema Tributário Nacional um dos mais complexos. Estima-se, que no Brasil, existem mais de 80 diferentes tipos de tributos, entre taxas, impostos e contribuições.

O crescimento desordenado dos tributos cobrados nos últimos anos tem provocado constantes recordes de arrecadação, chegando no primeiro semestre de 2008 ao patamar de 37,27% do PIB, segundo cálculos do IBPT. Com isso, de um lado aumenta a indústria da arrecadação e fiscalização e, conseqüentemente, de outro, os custos necessários a sua apuração e recolhimento, sem contar as possibilidades de ocorrência de sonegação.

É sabido que esses tributos representam importante parcela dos custos das empresas, senão a maior. Segundo o IBPT, no Brasil, em média, 33% do faturamento empresarial é dirigido ao pagamento de tributos. Somente o ônus do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro das empresas pode corresponder a 51,51% do lucro líquido apurado.

O nível de tributação sobre as empresas e pessoas físicas é absurdo, chegando a inviabilizar certos negócios. Empresas quebram com elevadas dívidas fiscais, e nem com as “renegociações”, como REFIS e PAES, trouxeram alguma tranquilidade ao contribuinte.

Portanto, diante deste cenário, é importante fazer o planejamento tributário para diminuir de forma lícita a carga tributária excessiva. O contribuinte tem o direito de estruturar o seu negócio, procurando a diminuição dos custos de seu empreendimento, inclusive dos impostos. Para isso, o contribuinte opta pelas seguintes possibilidades:

- Sonegar tributos, vendendo sem nota e não registrando todas as operações em sua escrituração;
- Pleitear, mediante sindicatos e órgãos de classe, uma reforma tributária que não aumente a tributação e distribua de forma mais justa a carga fiscal, ou;
- Utilizar seu direito constitucional e realizar planejamento tributário de forma ativa, continua e eficaz.

A primeira é ilegal e pode trazer danosos comprometimentos com multas pesadíssimas e a possibilidade de ser enquadrado por crime tributário. A

segunda é indicada, porém com resultado de longo prazo, já que a comunidade política brasileira é pouco sensível aos pleitos da classe média e do pequeno e médio empresário, pois são justamente estes que pagam mais impostos em relação à renda disponível.

E a terceira opção é trabalhosa, porém lícita. Milhares de empresas têm se despertado para utilizarem seu direito legítimo, constitucional, de organizar seus negócios e atividades visando pagar menos tributos.

Planejar tributos é um direito tão essencial quanto planejar o fluxo de caixa, fazer investimentos, reduzir custos, aperfeiçoar a competitividade, promover a expansão empresarial e em alguns casos manter a sobrevivência da empresa.

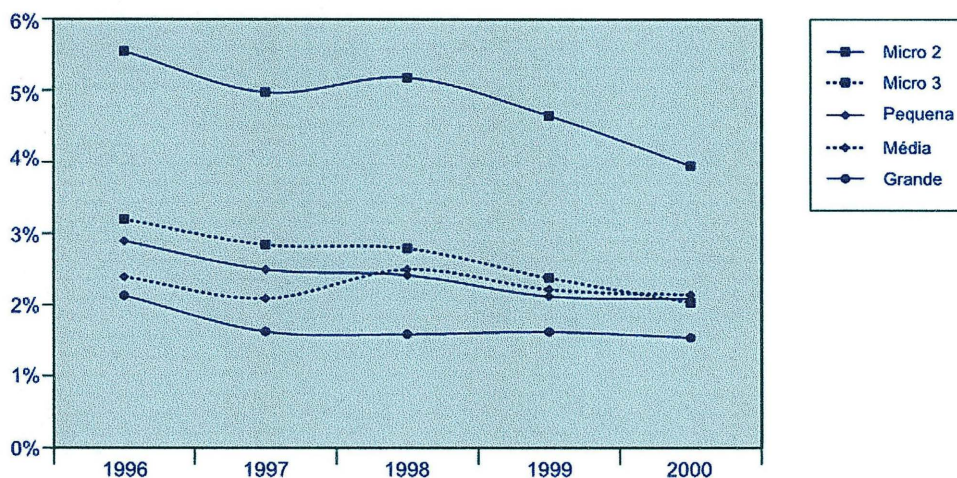
Este trabalho inicia-se com a introdução (tópico I), onde são apresentadas as reais necessidades da elaboração de um planejamento tributário em virtude da grande carga tributária brasileira. O tópico II e III trará uma abordagem teórica sobre o Sistema Tributário Nacional, Planejamento Tributário, Regimes de Tributação, bem como os principais tributos federais e o tributo municipal (ISS) incidentes a uma empresa de prestação de serviço de Curitiba. O tópico IV apresenta a metodologia da pesquisa e os procedimentos metodológicos para alcançar os objetivos propostos e, por final no tópico V apresenta-se o estudo de caso e as considerações finais.

1.1 Justificativa

O segmento das microempresas e empresas de pequeno porte é caracterizado por dificuldades financeiras que, segundo os empreendedores decorrem de diversos fatores. Em uma pesquisa realizada pelo Departamento de Pesquisas Econômicas do SEBRAE-SP, junto a 800 empresas paulistas dos diversos setores, 26% dos empresários entrevistados apontaram como principais dificuldades em 2000 a elevada carga tributária. Dos pesquisados, 22% citaram a elevada taxa de juros, e ainda 41% deram como causa da mortalidade, a inadimplência e a situação econômica do país.

É justamente sobre esta elevada carga tributária, que entendemos ser necessário um planejamento adequado, para que o micro e pequeno empresário possam decidir, com base nas informações contábeis, qual a melhor forma de tributação que uma empresa poderá utilizar, elegendo a mais econômica. O gráfico abaixo mostra a taxa de Mortalidade das empresas no Brasil entre os anos de 1996 e 2000.

Gráfico 1: Taxa de Mortalidade de Empresas no Brasil



Fonte: BNDES – Demografia das Firms Brasileiras – Informe-se nº 50, janeiro 2003.

O objetivo do planejamento tributário é a economia tributária onde, cotejando as várias opções legais, o contribuinte obviamente procura orientar os seus passos de forma a evitar, sempre que possível, o procedimento mais oneroso do ponto de vista fiscal. O conhecimento detalhado da legislação tributária permite ao profissional contábil estabelecer as diferenças e as formas

possíveis de tributação disponível, com a finalidade de auxiliar a empresa sob sua responsabilidade na escolha daquela que trará maiores benefícios econômicos e financeiros.

A atividade empresarial tem como finalidade a lucratividade do negócio, para isso, busca minimizar despesas e maximizar lucros. É possível fazer do recolhimento de tributos uma ferramenta de administração no planejamento em longo prazo, chegando-se a um saldo menor de tributos a pagar ao final do mês. Um custo menor com tributos representa uma margem de lucro maior, num produto mais barato para o mercado, ou seja, mais competitividade.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral:

Verificar e analisar os principais tributos incidentes sobre uma empresa de prestação de serviço e demonstrar através de um estudo de caso a alternativa mais viável para a empresa objeto.

1.2.2 Objetivos Específicos:

- Discorrer sobre a Legislação Tributária;
- Analisar os tributos incidentes em empresas prestadoras de serviço em Curitiba;
- Verificar o regime atual adotado pela empresa;
- Analisar os demonstrativos atuais;
- Calcular os tributos da empresa pelo Lucro Real;
- Verificar se haverá economia financeira através do cálculo utilizando outra forma de tributação.

2 SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

A Contabilidade e o Direito são ciências que são parceiras de longa data, e que acompanham a natural evolução das diversas sociedades.

Oliveira et al. (2003, p.19) descreve que: *“direito é a ciência das normas obrigatórias que disciplinam as relações dos homens em sociedade, existindo para isso as diversas jurisprudências. É o conjunto das normas vigentes num país.”*

E para Fabretti (2000, p. 28);

Contabilidade é a ciência que estuda, registra e controla o patrimônio e as mutações que nele operam os atos e fatos administrativos, demonstrando no final de cada exercício social o resultado obtido e a situação econômico-financeira da entidade.

Diante dos conceitos, verifica-se a necessidade de os contadores conhecerem determinados aspectos da legislação tributária devido a grande influência nas rotinas das organizações.

2.1 Direito Tributário

Para regular a atividade financeira (receita, despesa e gestão) o Estado utilizava o Direito Financeiro que nada mais é do que um conjunto de princípios e normas. A arrecadação de tributos como, impostos, taxas e contribuições tornou-se tão complexa com o passar do tempo que houve a necessidade de separação das normas do Direito Financeiro, criando dessa forma um novo ramo denominado “Direito Tributário”.

Bettoni (2008, p.44) define que:

Direito Tributário é a parte do Direito Financeiro, que estuda as relações jurídicas entre o Estado (fisco) e os particulares (contribuintes), no que concerne à instituição, arrecadação, fiscalização e extinção do tributo. É direito autônomo, pois se rege por princípios e normas próprias.

As normas gerais do direito tributário aplicáveis a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, contituem o Sistema Tributário Nacional.

2.2 Legislação Tributária

O art. 96 da Lei nº 5.172/66 de 25 de outubro de 1966 transcreve que:

A expressão 'Legislação Tributária' compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.

Com a constituição de 1988, surgiram várias alterações no Sistema Tributário Nacional, e uma das mais importantes diz respeito à distribuição dos valores arrecadados entre União, Estados e Municípios, o que atualmente vem comprometendo uma razoável reforma tributária principalmente em razão de não haver consenso entre os governantes de como devem ser repartidos os valores arrecadados.

2.3 Tributos

O Código Tributário Nacional define tributo no art. 3º:

Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

A natureza jurídica do tributo é determinada por seu fato gerador, que é previsto em lei, ou seja, deriva de onde haja a incidência para que determinado título seja cobrado. Para que haja tal tributo é necessário à junção de cinco elementos fundamentais:

Fato gerador: é a concretização da hipótese de incidência tributária, prevista em abstrato na lei, que gera a obrigação tributária, como por exemplo; a prestação de serviços que uma vez efetuada gera um tributo.

Contribuinte: é o sujeito passivo da obrigação que tem relação pessoal e direta com o fato gerador, por exemplo; Imposto de Renda Retido na Fonte.

Base de cálculo: é o valor no qual é aplicada a alíquota (percentual) para se apurar o valor do tributo a ser pago, como por exemplo; COFINS – que é baseada no faturamento de período apurado.

Alíquota: é o percentual definido em lei, que é aplicado sobre a base de cálculo e que determina o montante do tributo a ser pago, como por exemplo; IRPJ 15%.

Adicional: além do imposto devido determinado por lei, em alguns casos, de acordo com as legalidades a lei impõe que além desses se pague mais uma quantia determinada adicional, por exemplo; adicional de 10% de IRPJ referente o montante que ultrapassar R\$ 20.000,00 por mês.

O Sistema Tributário Nacional está estruturado de forma a permitir a cobrança dos seguintes tributos:

Impostos: Para Fabretti (2000, p. 112) imposto:

É aquele que, uma vez instituído por lei, é devido, independentemente de qualquer atividade estatal em relação ao contribuinte. Portanto, não está vinculado a nenhuma prestação específica do Estado ao sujeito passivo.

Taxas: De acordo com Fabretti (2000, p. 112) a taxa:

Está definida nos arts. 77 e 78 do CTN e tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização efetiva ou potencial de serviço público, específico e devisível, prestado ou colocado à disposição do contribuinte.

A base de cálculo ou fato gerador da taxa não pode ser idêntico ao imposto, nem ser calculada em função do capital das empresas.

Contribuições de Melhorias: Só pode ser cobrada se, em virtude de obra pública decorrer valorização imobiliária para o contribuinte. Cada imóvel beneficiado terá como limite individual o

acréscimo do valor que a obra resultar de valorização mobiliária.

Contribuições Sociais: Segundo Oliveira et al (2003, p. 22):

As contribuições sociais têm como base os lucros das sociedades, a folha de pagamento dos empregados e o faturamento das empresas. Atualmente, são subdivididas em contribuições ao INSS, Contribuição Sindical, Contribuição ao PIS/Pasep, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Contribuição para o Fundo de Investimento Social (Cofins).

Os tributos podem ser classificados como:

Diretos: reúne-se numa só pessoa as condições de contribuinte, é aquele responsável pelo cumprimento de todas obrigações tributárias prevista na legislação.

Indiretos: é a relação jurídico-tributária que se estabelece entre o estado e o sujeito passivo, onde este paga o tributo correspondente e se ressarcir cobrando de terceiros através da inclusão do imposto no preço.

Reais: não levam em consideração as condições do contribuinte, indicando igualmente a todas as pessoas.

Pessoais: estabelece indiferenças tributárias, em função das condições próprias do contribuinte.

Proporcionais: quando os impostos são estabelecidos em porcentagem única incidente sobre o valor da matéria tributável.

Progressivos: são os impostos cujas alíquotas são fixadas em porcentagens variáveis e crescentes.

Fixos: é quando o valor do imposto é determinado em garantia certa, independente do cálculo.

Fiscais: criado para arrecadar recursos a pessoa jurídica de direito público interno, para que possa cobrir seus gastos.

Parafiscais: é cobrado por autarquia, órgãos paraestatais, profissionais ou sociais, para custear o seu financiamento autônomo.

Extrafiscais: não visa só arrecadação, mas também corrigir anomalias.

2.3.1 Tributos Federais, Estaduais e Municipais

Conforme a Constituição Federal de 1988 a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem instituir tributos sobre determinados serviços.

Compete à União instituir tributos sobre: importação de produtos estrangeiros; exportação para o exterior de produtos nacionais ou nacionalizados; renda e proventos de qualquer natureza; produtos industrializados; operações de créditos, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários; propriedade territorial rural e a grandes fortunas nos termos da lei complementar.

Compete aos Estados e Distrito Federal instituir tributos sobre: transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos; operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; propriedade de veículos automotores.

Compete aos municípios instituírem tributos sobre: propriedade predial e territorial urbana; transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem com cessão de direitos a sua aquisição; e serviços de qualquer natureza.

2.4 Contabilidade Tributária

Para Oliveira et al (2003, p34), contabilidade tributária é:

A especialização da contabilidade que tem como principal objetivo à aplicação prática dos princípios e normas básicas da legislação tributária. É o ramo da contabilidade responsável pelo gerenciamento dos tributos incidentes nas diversas atividades de uma empresa, adaptando ao dia-a-dia empresarial as obrigações tributárias, de forma a não expor a entidade às possíveis sanções fiscais e legais.

As funções e atividades da contabilidade tributária podem ser classificadas da seguinte forma:

- Escrituração e controle;
- Orientação; e
- Planejamento Tributário.

De acordo com Fabretti (2000, p.29), o objeto da contabilidade tributária é:

Apurar com exatidão o resultado econômico do exercício social, demonstrando-o de forma clara e sintética para, em seguida, atender de forma extracontábil as exigências das legislações do IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro, determinando a base de cálculo fiscal para a formação das provisões destinadas ao pagamento desses tributos, as quais serão abatidas do resultado econômico (contábil), para determinação do lucro líquido a disposição dos acionistas, sócios ou titular de firma individual.

3 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Sendo planejar o ato de programar ou elaborar um plano e, é claro, fazer um projeto, entende-se que os atos premeditados de uma entidade, a seu favor, são formas de planejamento. Portanto, uma empresa pode ter o planejamento financeiro, contábil, operacional, de produção, fiscal, entre outros. Nesse capítulo destaca-se o tributário.

O planejamento tributário é um conjunto de sistemas legais que visam diminuir o pagamento de tributos. O contribuinte tem direito de estruturar o seu negócio, procurando a diminuição dos custos de seu empreendimento, inclusive dos tributos.

De acordo com James Marins (2002, p. 35), o conceito de planejamento tributário seria:

Denomina-se planejamento fiscal ou tributário lato senso a análise do conjunto de atividades atuais ou de projetos de atividades econômico-financeiras do contribuinte (pessoa física ou jurídica), em relação ao seu conjunto de obrigações fiscais com o escopo de organizar suas finanças, seus bens, negócios, rendas e demais atividades com repercussões tributárias, de modo que venha a sofrer o menor ônus fiscal possível.

Para Pablo Andres Pinheiro Gubert (2004, p.33):

O planejamento tributário é o conjunto de condutas, comissivas ou omissivas, da pessoa física ou jurídica, realizadas antes ou depois da ocorrência do fato gerador, destinadas a reduzir, mitigar, transferir ou postergar legal e lícitamente o ônus dos tributos.

3.1 Finalidades

O planejamento tributário tem três finalidades:

1) Evitar a incidência do fato gerador do tributo. Exemplo: Substituir a maior parte do valor do pró-labore dos sócios de uma empresa, por distribuição de lucros, pois a partir de janeiro/96 eles não sofrem incidência do IR nem na fonte nem na declaração. Dessa forma, evita-se a incidência do INSS (20%) e

do IR na Fonte (27,5%) sobre o valor retirado como lucros em substituição do pró-labore.

2) Reduzir o montante do tributo, sua alíquota ou reduzir a base de cálculo do tributo. Exemplo: ao preencher sua Declaração de Renda, você pode optar por deduzir até 20% da renda tributável como desconto padrão (com limite anual fixado) ou efetuar as deduções de dependentes, despesas médicas, plano de previdência privada, etc. Você certamente escolherá o maior valor, que lhe permitirá uma maior dedução da base de cálculo, para gerar um menor Imposto de Renda a pagar (ou um maior valor a restituir).

3) Retardar o pagamento do tributo, postergando (adiando) o seu pagamento, sem a ocorrência da multa. Exemplo: transferir o faturamento da empresa do dia 30 (ou 31) para o 1º dia do mês subsequente. Com isto, ganha-se 30 dias adicionais para pagamento do PIS, COFINS, SIMPLES, ICMS, ISS, IRPJ e CSL (Lucro Real por estimativa), se for final de trimestre até 90 dias do IRPJ e CSL (Lucro Presumido ou Lucro Real trimestral) e 10 a 30 dias se a empresa pagar IPI.

3.2 A importância do Planejamento Tributário

O ambiente econômico no qual estamos inseridos nos obriga a buscar todas as possibilidades de melhora na lucratividade, possibilitando assim, enfrentar os constantes desafios pelas concorrências no mercado interno e externo, agravadas pelas assombrosas cargas tributárias brasileiras.

O planejamento tributário é atualmente um fator essencial dentro da estratégia empresarial de competitividade, a redução de custos, alcançada a partir de um bom planejamento tributário, dado ao peso dos tributos de sua atividade ocasiona excelentes reflexos na situação financeira e patrimonial da empresa, e é capaz de interferir decisivamente na continuidade das empresas.

3.3 Tipos de Planejamento Tributário

Existem três tipos de planejamento tributário:

Preventivo: Desenvolvem-se continuamente através de orientações, manuais de procedimentos, reuniões e abrange principalmente as atividades de cumprimento da legislação tributária nas obrigações principais e acessórias.

Corretivo: Detectada determinada anormalidade procede-se ao estudo e indicam-se alternativas de correção da anomalia. Normalmente não deve surgir na empresa que adote o sistema preventivo.

Especial: Surge em função de determinado fato como, por exemplo: abertura de filial, lançamento de novos produtos, aquisição e/ou alienação da empresa, processos societários de reestruturação (cisão, fusão, incorporação, associação, ... etc).

3.4 Elisão Fiscal e Evasão Fiscal

Elisão e evasão fiscal são duas formas de evitar o pagamento de tributos. Os itens abaixo mostram sobre cada das formas.

3.4.1 Conceito de Elisão Fiscal

Com o planejamento tributário, queremos obter a maior economia fiscal possível, reduzindo a carga tributária para o valor realmente devido por lei. Para tanto, deve-se pesquisar e identificar todas as alternativas legais aplicáveis ao caso ou a existência de lacunas ('brechas') na lei, que possibilitem realizar essa operação da forma menos onerosa possível para o contribuinte, sem contrariar a lei.

Portanto, para que ocorra a economia tributária, se resultante da adoção de uma alternativa legal, menos gravosa, ou de lacuna da lei, denomina-se elisão fiscal. A elisão fiscal é legítima e lícita, pois é alcançada por escolha feita de acordo com o ordenamento jurídico.

Hermes Marcelo Huck (2002, p.34), diz que:

A elisão, de um lado, tem a preocupação concentrada no uso de meios legais, ao menos formalmente lícitos, enquanto que na evasão

atuam meios ilícitos e fraudulentos. Na fraude, a distorção ocorre no momento da incidência tributária, ou após sua ocorrência, ao passo que elisão o indivíduo atua sobre a realidade, mas, de alguma forma, impede que ela se realize, transformando ou evitando o fato impositivo ou gerador do tributo. Na elisão, em suma, o ato ou negócio é engenhoso (ou não tanto) revestido pelo agente com outra forma jurídica, alternativa à originalmente pretendida, com resultados econômicos análogos, mas não descrita ou tipificada na lei como pressuposto da incidência do tributo.

Exemplificando esta situação pode-se citar uma empresa optante pelo lucro presumido e que tenha faturamento relevante a prazo. Assim, optando por calcular e recolher os tributos federais pelo regime de caixa somente pagaria pela receita efetivamente recebida.

Portanto, a elisão fiscal caracteriza-se pela redução do montante ou retardamento no pagamento do tributo por atos ou omissões lícitas do sujeito passivo anteriores à ocorrência do fato gerador.

3.4.2 Conceito de Evasão Fiscal

A evasão fiscal, ao contrário da elisão, consiste em prática que infringe a lei. É cometida após a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, objetivando reduzi-la ou ocultá-la.

Como exemplo de evasão fiscal pode-se citar: a falta de emissão de nota fiscal, a nota fiscal “calçada” onde a primeira via fica com um valor diferente das vias arquivadas na contabilidade, os lançamentos contábeis de despesas inexistentes, omissão de registros em livros fiscais próprios, entre outras ilicitudes, todas elas puníveis pela Lei dos Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e Contra as Relações de Consumo (Lei nº 8.137/90).

Hermes Marcelo Huck (2002, p.30), diz que:

Evasão de tributos é terminologia oriunda da ciência das finanças, fato que explica sua contaminação com um significado econômico. A origem econômica da expressão é causa de certa incerteza que se notam todas as vezes que pretendem os autores analisá-la a partir de suas conseqüências eminentemente jurídicas. Sob uma perspectiva econômico-financeira, a evasão ocorre quando o contribuinte não

transfere ou deixa de pagar integralmente ao Fisco uma parcela a título de imposto, considerada devida por força de determinação legal.

Sobre evasão fiscal, duas considerações fazem-se pertinentes: a sonegação fiscal somente se tipifica como crime depois de materializada a hipótese de incidência tributária, ou seja, depois de ocorrido o fato gerador da obrigação tributária; e, somente constituem crime a ordem tributária as práticas que suprimam ou reduzam tributo. Ou seja, quaisquer outras que não alcancem esses objetivos não podem ser tipificadas como tal.

3.5 Regimes Tributários

As Pessoas Jurídicas, por opção ou por determinação legal, são tributadas por uma das seguintes formas:

- a) Lucro Real.
- b) Lucro Presumido.
- c) Simples.
- d) Lucro Arbitrado.

3.5.1 Tributação pelo Lucro Real

Disponível a todas as empresas e obrigatório para quem fatura mais de R\$ 48 milhões, os tributos são calculados com base no lucro apurado (receitas menos despesas comprovadas), ou seja, a empresa paga o imposto de renda sobre os lucros apurados sobre seus balanços.

3.5.1.1 Pessoas Jurídicas Obrigadas ao Lucro Real

A partir de 1999 estão obrigadas à apuração do Lucro Real as pessoas jurídicas (Lei 9.718/98, art. 14):

I - cuja receita bruta total, no **ano-calendário anterior**, seja **superior a R\$ 48.000.000,00** (quarenta e oito milhões de reais), ou a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do

ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses (limite fixado pela Lei 10.637/2002);

II – cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidora de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;

III – que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundo do exterior;

IV – que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;

V – que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma do art. 2 da Lei 9.430/96;

VI – que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring).

Também estão obrigadas ao Lucro Real as empresas imobiliárias, enquanto não concluídas as operações imobiliárias para as quais haja registro de custo orçado (IN SRF 25/99). O custo orçado é a modalidade de tratamento contábil dos custos futuros de conclusão de obras.

3.5.1.2 Opção pelo Lucro Real

As pessoas jurídicas, mesmo se não obrigadas a tal, poderão apurar seus resultados tributáveis com base no Lucro Real. Assim, por exemplo, uma empresa que esteja com pequeno lucro ou mesmo prejuízo, não estando obrigada a apurar o Lucro Real, poderá fazê-lo, visando economia tributária (planejamento fiscal).

3.5.1.3 Ocorrência de Obrigatoriedade ao Lucro Real durante o ano calendário

A pessoa jurídica que houver pago o imposto com base no lucro presumido e que, em relação ao mesmo ano calendário, incorrer em situação de obrigatoriedade de apuração pelo lucro real por ter auferido lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundo do exterior, deverá apurar o IRPJ e CSLL sob o regime de apuração do lucro real trimestral, a partir inclusive, do trimestre da ocorrência do fato.

3.5.1.4 Base de Cálculo do IRPJ e CSLL

Da receita bruta poderão ser deduzidas as vendas canceladas, os descontos incondicionalmente concedidos e os impostos não cumulativos cobrados destacadamente do comprador ou contratante, e do qual o vendedor dos bens ou prestador dos serviços seja mero depositário (IPI e ICMS Substituição Tributária).

Adições à base de cálculo

Deverão, ainda, ser somadas à base de cálculo:

1. os ganhos de capital, as demais receitas e os resultados positivos decorrentes de receitas não compreendidas na atividade, inclusive:

a) os rendimentos auferidos nas operações de mútuo realizadas entre pessoas jurídicas controladoras, controladas, coligadas ou interligadas, exceto se a mutuária for instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

b) os ganhos de capital auferidos na alienação de participações societárias permanentes em sociedades coligadas e controladas, e de participações societárias que permaneceram no ativo da pessoa jurídica até o término do ano-calendário seguinte ao de suas aquisições;

c) os ganhos auferidos em operações de cobertura ("hedge") realizadas em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros ou no mercado de balcão;

d) a receita de locação de imóvel, quando não for este o objeto social da pessoa jurídica, deduzida dos encargos necessários à percepção da mesma;

e) os juros relativos a impostos e contribuições a serem restituídos ou compensados;

f) as variações monetárias ativas;

g) juros remuneratórios do capital próprio pago ou creditado por sociedade da qual a empresa seja sócia ou acionista.

2. Os rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e renda variável.

3. O resultado do cálculo do preço de transferência, decorrentes de operações externas de exportação ou mútuo com empresas vinculadas ou domiciliadas em países com tributação favorecida. Nesta hipótese, será somada 12% da diferença da receita de exportações e o valor integral da receita com mútuo apurados segundo as regras do IRPJ.

O processo de cálculo é feito da seguinte forma:

1 Lucro/Prejuízo do período antes da CSLL e do IRPJ

2 Adições (despesas indedutíveis)

2.1 Equivalência Patrimonial

2.2 Multas Fiscais (trânsito/fiscalização)

2.3 Gratificação à Diretoria

2.4 Despesas com Brindes

2.5 Despesas com alimentação de sócios, acionistas ou administradores

2.6 Provisão para ajuste a valor de mercado (terreno/imóvel)

2.7 Provisão de perdas em investimento

2.8 Perdas de Recebimento de créditos de sociedades ligadas

2.9 Doações Não dedutíveis

2.10 Amortização de ágio

2.11 Realização de reserva de reavaliação

2.12 Deságio realizado

2.13 Lucro inflacionário realizado

2.14 Perdas em operações de renda variável

2.15 Prejuízo na venda de incentivos fiscais

2.16 Tributos com Exigibilidade Suspensa (Liminar... etc)

2.17 Outros

- 3 Exclusões**
 - 3.1 Dividendos recebidos
 - 3.2 Equivalência patrimonial positiva
 - 3.3 Deságio de investimentos
 - 3.4 Rendimentos de TDA (Títulos da dívida agrária)
 - 3.5 Outras
- 4 Lucro Real Ajustado (1+2-3)**
- 5 Compensação de Prejuízo de períodos anteriores**
- 6 Lucro Real (4-5)**
- 7 Calculo do Imposto de Renda e Contribuição Social**
 - 7.1 Alíquota de 15% sobre o item 6
 - 7.2 Adicional de 10% (item 6 – R\$ 20.000,00 mensal x 10%)
 - 7.3 Alíquota de 9% sobre item 6
- 8 Incentivos Fiscais (dedução direta no IRPJ a pagar)**

3.5.1.5 Principais Tributos Federais

As empresas que optarem pelo lucro real deverão pagar os impostos relacionados na tabela 1.

Tabela 1: Impostos e Contribuições devidas pelas empresas optantes pelo Lucro Real

Impostos e Contribuições	Base de Cálculo	Alíquota
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	Integram a base de cálculo todos os ganhos e rendimentos de capital, independentemente da natureza, da espécie ou da existência de título ou contrato escrito, bastando que decorram de ato ou negócio que, pela sua finalidade, tenha os mesmos efeitos do previsto na norma específica de incidência do imposto.	15%

Impostos e Contribuições	Base de Cálculo	Alíquota
Adicional IRPJ	A parcela do lucro que exceder ao valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração.	10%
Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL	A base de cálculo para as pessoas jurídicas optantes pelo lucro real é o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação.	9%
PIS/PASEP	A base de cálculo da contribuição é a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica (Não Cumulativo).	1,65%
COFINS	A base de cálculo da contribuição é a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica (Não Cumulativo).	7,60%

3.5.1.6 Período de Apuração

O imposto será determinado por períodos de apuração trimestrais, encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário. À opção do contribuinte, o lucro real também pode ser apurado por período anual.

a) Lucro Real Trimestral

Como vantagem do lucro real trimestral, podemos destacar a possibilidade de se pagar o imposto de renda do trimestre em cota única ou em três vezes. Na segunda hipótese, as parcelas são corrigidas pela taxa selic até o mês anterior ao do pagamento mais de 1% no mês do pagamento. Outra

vantagem é que o imposto de renda do primeiro trimestre, por exemplo, somente será recolhido em abril, já pelo lucro real anual o imposto será recolhido em fevereiro. Mas também tem suas desvantagens, que são a maior possibilidade de cometer infrações fiscais; a impossibilidade ou limitações na compensação de prejuízos fiscais gerados no próprio ano-calendário; o recolhimento do imposto de renda definitivamente nos trimestres em que houver lucro, mesmo que no ano-calendário haja prejuízo fiscal; o recolhimento adicional será maior na apuração do trimestral, porque a empresa não pode deduzir a insuficiência dos trimestres.

b) Lucro Real Anual

A pessoa jurídica pode optar pelo pagamento mensal do imposto por estimativa ficando obrigada à apuração do lucro real anual, em 31 de dezembro, para fins de determinação do imposto efetivamente devido no período e ajuste de diferenças – pagamento de saldo positivo apurado ou restituído ou compensação de saldo negativo.

A opção pelo pagamento mensal é considerada exercida com o pagamento do imposto correspondente ao mês de janeiro (ou do início da atividade) vencível no último dia útil do mês subsequente, observado que o exercício dessa opção por si só é obrigatoriedade de apuração anual do lucro real, em 31 de dezembro. A opção pelo pagamento mensal do imposto de renda impõe o pagamento também da Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) nos mesmos moldes do Imposto de Renda. (Artigo 221 e 222 – decreto 3.000/99). O Lucro real anual tem as seguintes vantagens:

- o recolhimento do IRPJ e CSLL justo nem mais nem menos, apurado prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa não será devido;
- a compensação integral de prejuízo gerados no próprio ano-calendário;
- a atividades sujeitas à sazonalidade, isto é, empresa auferiu prejuízos em determinados meses do ano e em outros lucros;
- suspensão ou redução do imposto renda e da contribuição durante o ano.

Sendo que tem uma desvantagem; a não possibilidade de pagar IR e CSLL parcelado.

3.5.1.7 Estimativa

Se a empresa, obrigada a apuração pelo lucro real, adotar a opção de recolhimento pela estimativa o período de apuração será anual.

O seu funcionamento é um sistema misto que combina lucro real com percentuais utilizados na apuração do lucro presumido. No lucro real por estimativa, a empresa pode recolher o imposto de renda com base no percentual da receita bruta do mês que será determinado da seguinte forma: pela aplicação do percentual correspondente sobre o valor da receita bruta de cada atividade ajustada; ou pela adição ao valor apurado das importâncias correspondentes aos ganhos de capital, demais receitas e resultados positivos decorrentes de outras receitas não abrangidas pelos percentuais da estimativa, tais como, juros ativos, não decorrentes de aplicações financeiras, inclusive os incidentes sobre os valores restituídos ou compensados, descontos financeiros obtidos, variações monetárias e cambiais ativas, receita de locação de bens permanentes, quando não for este objeto social da empresa, deduzido dos encargos necessários a sua percepção, etc. (Artigo 223 – decreto 3.000/99).

Tabela 2: Percentuais aplicáveis para pagamento do IRPJ por estimativa

Atividades geradoras da receita	Percentuais
- Revenda para consumo, de combustíveis derivados de petróleo, álcool atílico carburante a gás natural.	1,6%
- Venda de mercadorias ou produtos (exceto revenda de combustíveis para consumo) - Transporte de carga - Serviços Hospitalares - Atividade Rural - Industrialização com materiais fornecidos pelo encomendante - Atividades Mobiliárias - Construção por empreitada, quando houver emprego de materiais próprios ou em qualquer quantidade - Qualquer outra atividade (exceto prestação de serviços) para a qual não esteja previsto percentual específico.	8%

Atividades geradoras da receita	Percentuais
<ul style="list-style-type: none"> - Serviços de transporte (exceto o de cargas) - Serviços (exceto hospitalares, de transporte e de sociedades civis de profissões regulamentares) prestados com exclusividade por empresa com receita bruta anual não superior a R\$ 120.000,00. 	16%
<ul style="list-style-type: none"> - Serviços em geral, para os quais não esteja previsto percentual específico, inclusive os prestados por sociedade civil de profissões regulamentadas - Intermediação de negócios - Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza - Serviços de mão-de-obra de construção civil, quando a prestadora não empregar materiais de sua propriedade nem se responsabilizar pela execução da obra. 	32%

3.5.2 Tributação pelo Lucro Presumido

O regime do Lucro Presumido é muito utilizado por ser considerado mais simples e também exige do contribuinte apenas o Livro Caixa e o Livro Registro de Inventário como documentação obrigatória para fins fiscais.

O parágrafo 2º do artigo 36 da IN nº 93 de 24 de dezembro de 1997, dispunha que o lucro presumido seria determinado pelo regime de competência. O artigo 37 daquela Instrução excetuava da regra os rendimentos auferidos por aplicações de renda fixa e de renda variável que eram acrescidos à base de cálculo do lucro presumido por ocasião da alienação, resgate ou cessão do título ou aplicação.

Porém na IN nº 104, de 28 de agosto de 1998, veio a permissão de adotar o critério de reconhecer as receitas das vendas de bens e serviços ou de prestação de serviços, com pagamento a prazo ou em parcelas, na medida dos recebimentos, ou seja, regime de caixa, para as pessoas jurídicas optantes pela tributação no lucro presumido.

Então, as pessoas jurídicas submetidas ao regime de tributação com base no lucro presumido somente poderão adotar o regime de caixa, para fins de incidência da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na hipótese de adotar o mesmo critério em relação ao IRPJ e da CSLL.

3.5.2.1 Vantagens e Desvantagens

O Lucro Presumido tem as seguintes vantagens: é o regime considerado mais simples e exige menos documentação que o regime de lucro real, podendo-se considerar mais vantajoso para as empresas altamente lucrativas.

As desvantagens são: nem todas as empresas podem apurar o lucro pelo regime do presumido, há limites conforme o volume do faturamento e também o acordo com a atividade; não é interessante para quem tem uma grande quantidade de prejuízo fiscal; caso haja valores (ex.: contratos com órgãos públicos) controlados na parte B do LALUR, estes devem ser oferecidos à tributação do imposto de renda, quando da opção pelo lucro presumido; o contribuinte que possua um grande volume de receitas (ganho de capital, aplicações financeiras, juros ativos, etc...) a serem adicionados à base de cálculo do lucro presumido, poderá não ser interessante adotar o lucro presumido; análise da Lucratividade da Empresa.

3.5.2.2 Opção pelo Lucro Presumido

Nem todo mundo pode optar pelo lucro presumido, entre as situações vetadas estão (Art. 246, Decreto 3.000/99):

- a) Cujas receita bruta total, no ano-calendário anterior, seja superior a R\$ 48.000.000,00 ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a doze meses;
- b) Cujas atividades sejam de instituições financeiras ou equiparadas;
- c) Que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital, oriundos do exterior;
- d) Que autorizados pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;
- e) Que no decorrer do ano-calendário tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, inclusive mediante balanço ou balancete de suspensão ou redução do imposto;
- f) Cujas atividades sejam de "factoring".

3.5.2.3 Principais Tributos Federais

As empresas que optarem pelo lucro presumido deverão pagar os impostos relacionados na tabela 3.

Tabela 3: Impostos e Contribuições devidas pelas empresas optantes pelo Lucro Presumido

Impostos e Contribuições	Base de Cálculo	Alíquota
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	O Imposto de Renda é calculado sobre a base presumida de lucro (conforme tabela 2 apresentada na estimativa do Lucro Real). Essa base é um determinado percentual, sobre a receita bruta de vendas apurada a cada trimestre.	15%
Adicional IRPJ	A parcela do lucro que exceder ao valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) no trimestre.	10%
Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL	A base de cálculo da CSLL corresponderá a: - 12% da receita bruta nas atividades comerciais, industriais, serviços hospitalares e de transporte; - 32% para: a) prestação de serviços em geral, exceto a de serviços hospitalares e transporte; b) intermediação de negócios; c) administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza.	9%
PIS/PASEP	A base de cálculo da contribuição é a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica (Cumulativo).	0,65%
COFINS	A base de cálculo da contribuição é a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica (Cumulativo).	3,00%

3.5.2.4 Imposto sobre serviços

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa à Lei Complementar 116/2003, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador. O ISS até 31.07.2003 foi regido pelo DL 406/1968 e alterações posteriores. A partir de 01.08.2003, o ISS é regido pela Lei Complementar 116/2003. O ISS incide sobre o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica independente do regime tributário escolhido (Lucro Real ou Presumido).

O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos itens I a XXII do art. 3 da Lei Complementar 116/2003.

Anteriormente a edição da LC 116/2003, o STJ manifestou entendimento jurisprudencial que o local de recolhimento do ISS é onde são prestados os serviços.

Tabela 4: ISS

Impostos e Contribuições	Base de Cálculo	Alíquota
Imposto sobre Serviço	O A base de cálculo da contribuição é a totalidade das receitas auferidas pela pessoa.	De 2% a 5%

3.5.3 Tributação pelo Lucro Arbitrado

O Lucro Arbitrado é geralmente imposto pela fiscalização da Receita Federal. Muitos entendem que não deve ser considerado como modalidade optativa ou, favorecida de tributação, pois representa coercitivamente a determinação do lucro e do imposto para os contribuintes que descumprirem as disposições legais relativas ao Lucro Real e ao Lucro Presumido, é aplicável a sociedade de qualquer natureza e também as empresas individuais, inclusive as pessoas físicas equiparadas às jurídicas pela prática de operações imobiliárias.

O regime será determinado com base nos critérios do lucro arbitrado quando (Art. 530 do Regulamento do Imposto de Renda – Decreto 3.000/99):

- a) A empresa obrigada ao lucro real que não tiver em dia ou em ordem com a escrituração, conforme prevista na legislação comercial e fiscal;
- b) Quando a documentação contiver vícios, erros e deficiências que o tornem insuficiente para verificar o lucro da empresa;
- c) Quando a empresa optar indevidamente pelo lucro presumido;
- d) O contribuinte não mantiver, em boa ordem e segundo as normas contábeis recomendadas, livro razão ou fichas utilizadas para resumir e totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no Livro Diário;
- e) Deixar de apresentar a autoridade tributária os livros e os documentos da escrituração comercial e fiscal, ou livro caixa;
- f) O comissário ou representante da pessoa jurídica estrangeira deixar de escriturar o lucro da sua atividade separadamente do lucro comitente residente ou domiciliado no exterior.

3.5.3.1 Auto-Arbitramento

Somente é admitido quando a receita bruta da empresa é conhecida. Caso a receita bruta da empresa não seja conhecida, o lucro arbitrado somente poderá ser determinado de ofício pela autoridade tributária.

A apuração do imposto de renda como base no lucro arbitrado, abrangerá todos os trimestres do ano-calendário, assegurada à tributação com base no Lucro Real relativamente aos trimestres em que a empresa dispuser de escrituração exigida pela legislação comercial e fiscal, que demonstre o Lucro Real do período, não abrangido pelo arbitramento, ou pela tributação com base no Lucro Presumido, desde que não esteja obrigada à apuração do Lucro Real.

O parágrafo 7º do Artigo 2º da I.N.S.R.F 93/97 estabeleceu que:

Quando a pessoa jurídica tenha arbitrado o lucro em qualquer trimestre de um ano-calendário e apurar o lucro real em relação a outros, fica sujeita a determinar o lucro real em 31 de dezembro desse ano, estando submetida ao regime de estimativa mensal nos trimestres abrangidos pelo lucro real.

O Lucro Arbitrado será determinado pela aplicação de percentuais diferenciados conforme a receita bruta da empresa seja conhecida.

Tabela 5: Percentuais aplicados ao Lucro Arbitrado

Receita Bruta Acumulada	Percentuais
- Venda de produtos de fabricação própria, inclusive industrialização por encomenda; - Revenda de mercadorias, atividade rural e construção por empreitada (com emprego de matérias em qualquer quantidade); - Prestação de serviços hospitalares e de transporte de carga.	9,6%
- Demais serviços de transportes, exceto o de cargas.	19,2%
- Prestação de serviços, pelas sociedades civis, relativos ao exercício de profissão regulamentada; - Intermediação de negócios; - Administração, locação ou cessão de bens imóveis e direitos de qualquer natureza; - Factoring; - Demais casos de prestação de serviços em geral excetos, o serviços hospitalar e de transporte em geral e de carga.	38,4%
- Instituições financeiras.	45%
- revenda para consumo de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural.	1,92%

Caso a empresa possua mais de uma atividade, a cada qual será aplicado o percentual respectivo. O Lucro Arbitrado será o somatório correspondente.

3.5.4 Simples Nacional

A Lei Complementar nº 123/2006, instituiu, a partir de 01.07.2007, novo tratamento tributário simplificado, também conhecido como Simples Nacional ou Super Simples.

O Simples Nacional estabelece normas gerais relativas ao tratamento tributário diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias.

Tal regime substituiu, a partir de 01.07.2007, o Simples Federal (Lei 9.317/1996), que foi revogado a partir daquela data.

3.5.4.1 Definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte

Consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 do Código Civil, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00;

II - no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00.

3.5.4.2 Vedações

Determinadas atividades ou formas societárias estão vedadas de adotar o Super Simples - dentre essas vedações, destacam-se:

1) pessoas jurídicas constituídas como cooperativas (exceto as de consumo);

2) empresas cujo capital participe outra pessoa jurídica;

3) pessoas jurídicas cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite R\$ 2.400.000,00.

3.5.4.3 Recolhimento Único

O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, do IRPJ, IPI, CSLL, COFINS, PIS, INSS, ICMS e ISS. A tabela 6 infra, apresenta as alíquotas aplicáveis a uma empresa de prestação de serviços, essa alíquota varia de acordo com a receita bruta.

Como o estudo de caso aborda uma empresa de prestação de serviços, citar-se-á somente a tabela aplicável.

Tabela 6: Alíquotas para o Simples Nacional – Prestação de Serviços

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	ALÍQUOTA	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	ISS
Até 120.000,00	4,50%	0,00%	1,22%	1,28%	0,00%	2,00%
De 120.000,01 a 240.000,00	6,54%	0,00%	1,84%	1,91%	0,00%	2,79%
De 240.000,01 a 360.000,00	7,70%	0,16%	1,85%	1,95%	0,24%	3,50%
De 360.000,01 a 480.000,00	8,49%	0,52%	1,87%	1,99%	0,27%	3,84%
De 480.000,01 a 600.000,00	8,97%	0,89%	1,89%	2,03%	0,29%	3,87%
De 600.000,01 a 720.000,00	9,78%	1,25%	1,91%	2,07%	0,32%	4,23%
De 720.000,01 a 840.000,00	10,26%	1,62%	1,93%	2,11%	0,34%	4,26%
De 840.000,01 a 960.000,00	10,76%	2,00%	1,95%	2,15%	0,35%	4,31%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	11,51%	2,37%	1,97%	2,19%	0,37%	4,61%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	12,00%	2,74%	2,00%	2,23%	0,38%	4,65%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	12,80%	3,12%	2,01%	2,27%	0,40%	5,00%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	13,25%	3,49%	2,03%	2,31%	0,42%	5,00%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	13,70%	3,86%	2,05%	2,35%	0,44%	5,00%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	14,15%	4,23%	2,07%	2,39%	0,46%	5,00%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	14,60%	4,60%	2,10%	2,43%	0,47%	5,00%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	15,05%	4,90%	2,19%	2,47%	0,49%	5,00%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	15,50%	5,21%	2,27%	2,51%	0,51%	5,00%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	15,95%	5,51%	2,36%	2,55%	0,53%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	16,40%	5,81%	2,45%	2,59%	0,55%	5,00%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	16,85%	6,12%	2,53%	2,63%	0,57%	5,00%

Fonte: Lei Complementar 123/06 – Anexo IV – Partilha do Simples Nacional - Serviços

4 METODOLOGIA

Para Cobra (1986, p. 57), *“um estudo de caso pode ser conceituado como na descrição de uma situação ou problema administrativo, objeto de decisão que foi determinado ou necessita ser tomado”*.

Este trabalho foi desenvolvido através de um estudo de caso juntamente com uma pesquisa bibliográfica sobre os principais temas relacionados ao planejamento tributário. Foi realizado um estudo comparativo entre os Regimes Tributários (Lucro Presumido e Lucro Real) nos anos de 2005, 2006 e 2007 de uma empresa de prestação de serviços de Curitiba, cujo nome será omitido. Denomina-se, doravante, como pseudônimo da empresa: “Consultoria ABC Ltda”.

O caso a ser apresentado foi vivenciado pela autora em uma experiência na vida profissional, sendo que essa empresa exemplo serviu como laboratório para os estudos sobre o controle contábil para diminuição, de uma forma legal, dos gastos com impostos federais e terá como base a Legislação Tributária, bem como obras sobre o assunto.

O objetivo é verificar que, através do planejamento tributário, baseado nos controles e nas informações contábeis, as empresas têm oportunidade de reduzir seus gastos tributários para melhorar seus resultados.

4.1 Caracterização da Pesquisa

As técnicas de pesquisa para a coleta de dados foram bibliografias e pesquisas documentais, feitas através de consultas a relatórios contábeis e fiscais, balanços, balancetes e demonstrações de resultados da empresa, fornecidos por ela mesma através do contador, e também de obras literárias e legislações.

A pesquisa bibliográfica abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, sejam elas escritas, orais ou visuais. Ela coloca o pesquisador em contato com tudo o que já foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, até mesmo as conferências seguidas de debates que de alguma forma tenham sido transcritas. Mas, a pesquisa bibliográfica não é apenas repetição daquilo que foi dito ou escrito sobre certo assunto, e sim

propicia o exame de um tema sobre outro enfoque ou abordagem, sendo inovadoras as conclusões chegadas.

4.2 Procedimentos Metodológicos

O primeiro passo para a execução do projeto refere-se à análise dos resultados da empresa “Consultoria ABC Ltda” nos anos de 2005, 2006 e 2007 e em seguida faz-se o estudo e comparação entre os dois tipos de apuração de tributos, buscando analisar a melhor opção para a empresa na redução do pagamento dos impostos. Não foi realizado estudo sobre o Simples Nacional, pois a empresa nos últimos dois exercícios auferiu uma receita bruta superior ao limite do Simples que é de R\$ 2.400.000,00. Além disso, ela possui débito em Dívida Ativa da União e possui em seu contrato social outra pessoa jurídica.

Após análise e comparação dos resultados, ficará fácil entender como é necessário fazer o planejamento tributário.

5 ESTUDO DE CASO

O estudo de caso foi desenvolvido em uma empresa de prestação de serviços que atua no ramo de Atividades de Consultoria em Gestão Empresarial, denominada “Consultoria ABC Ltda”.

5.1 Breve Histórico

Fundada em 1986 em Curitiba (PR), a empresa se dedicava a atividades de Consultoria Empresarial, Recrutamento e Seleção de Executivos e Treinamento e Desenvolvimento. Em 1990, atenta às tendências de mercado, a empresa decide mudar se foco e concentra sua atuação nos serviços de Executive Search e Outplacement.

Com 15 anos de mercado a “Consultoria ABC Ltda” inaugura sua primeira filial, instalada em Joinville (SC). Em 2003, mais uma vez orientada pelos rumos tomados pelo mercado, a empresa agrega ao seu portfólio os serviços de Assessment e Coaching.

Com 22 anos, inaugura sua segunda filial, instalada em São Paulo (SP).

5.2 Dados Gerais

Nome Fantasia: Consultoria ABC Ltda.

Matriz: Rua Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 417 – Curitiba/PR

Filial 1: Rua Dr. Roberto Koch, 81 – Joinville/SC

Filial 2: Rua Joaquim Floriano, 101 – São Paulo/SP

Capital social: R\$ 10.000,00

Composição societária:

- DB & Cia Ltda 49%
- JCH Ltda 39%
- Bento de Souza 10%
- Silmara Nogueira 1%
- Daniel Oliveira 1%

Serviços Prestados:

- *Executive Search*
- *Outplacement*
- *Assessment*
- *Coaching*

Serviços Terceirizados: Serviços Contábeis / Serviços de Advocacia

Número total de funcionários: 50

Resultado do Último Exercício (2007): 1.548.197,85

5.3 Serviços Prestados

Abaixo estão relacionados os serviços prestados pela Consultoria ABC Ltda.

- *Executive Search*

O *Executive Search* é um processo de atração e seleção de executivos, capaz de identificar o perfil mais aderente à função de que a empresa necessita, analisando a sintonia do candidato com os valores culturais e organizacionais da empresa requisitante.

- *Outplacement*

Outplacement é uma solução profissional para conduzir com precisão processos de desligamento de profissionais e de seu reposicionamento no mercado de trabalho. O serviço de *Outplacement* compreende todos os aspectos e etapas do processo, da tomada de decisão da empresa até a recolocação do executivo no mercado de trabalho, fornecendo amplo suporte durante o desligamento do profissional e orientação para a continuidade de sua carreira.

- *Assessment*

Assessment é um sistema de análise personalizada que busca compreender as particularidades da cultura da empresa assessorada e do mercado em que ela atua, bem como os conhecimentos, habilidades e atitudes de membros de sua equipe. Dessa forma, o cliente tem condições de ter uma visão tridimensional de seu negócio e de alinhar seus principais desafios ao potencial de seus colaboradores. Esse é o meio utilizado para o aumento da produtividade e para facilitar a definição de decisões estratégicas relacionadas aos seguintes tópicos:

- Planejamento do processo sucessório.
- Mudanças de gestão.
- Alterações na estrutura organizacional.
- Fornecimento de prognósticos do potencial organizacional.
- Revelação de talentos emergentes.

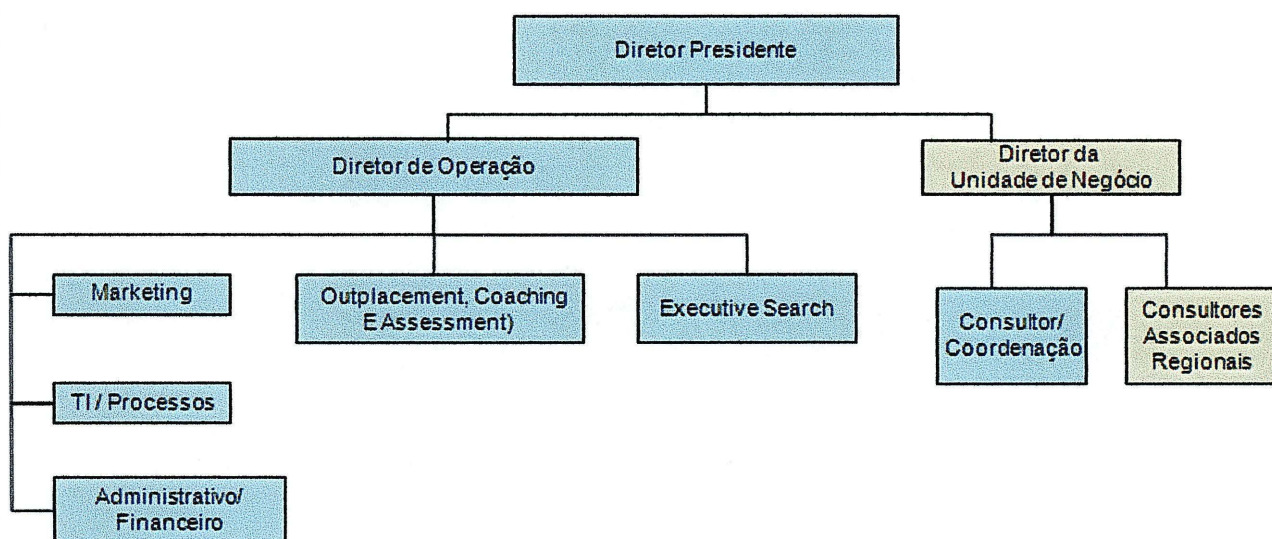
- *Coaching*

Coaching é um processo de orientação e assessoramento ao desenvolvimento do executivo, que tem como objetivo provocar uma mudança de comportamento que o leve a potencializar suas competências e, conseqüentemente, alcançar resultados mais efetivos em sua vida pessoal e profissional. O trabalho todo está centrado em metas realistas, no planejamento de ações e na disciplina para colocá-las em prática.

5.4 Organograma

Atualmente a empresa conta com 50 funcionários distribuídos entre as três sedes. Em Curitiba ficam as áreas de apoio: Marketing; Administrativo/Financeiro; Tecnologia da Informação; e a Diretoria, e, aproximadamente 13 consultoras responsáveis pela “busca” do profissional (Executive Search), 6 consultoras responsáveis pelo Coaching, Assessment e Outplacement, e 6 consultores associados que são responsáveis pelas vendas.

Em Joinville e São Paulo o quadro é mais enchuto, contando com 5 e 6 colaboradores respectivamente. Abaixo organograma.



5.5 Situação Atual

A empresa "Consultoria ABC Ltda" é uma empresa de médio porte, enquadrada no regime de Lucro Presumido – Trimestral, estando sujeita a incidência dos seguintes tributos: IRPJ; CSLL; PIS / COFINS e ISS.

O quadro abaixo mostra a Demonstração do Resultado do Exercício nos anos de 2005, 2006 e 2007, cujos balancetes analíticos encontram-se em anexo.

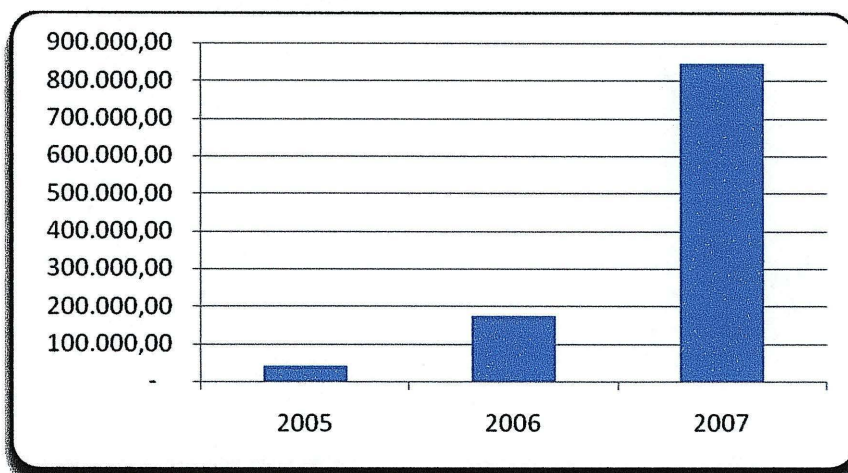
Tabela 7: Demonstração do Resultado do Exercício pelo Lucro Presumido

<u>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</u>			
	2005	2006	2007
<u>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</u>	2.188.371,97	3.157.147,29	3.439.880,48
SERVIÇOS PRESTADOS	2.188.371,97	3.157.147,29	3.439.880,48
<u>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</u>	183.162,51	284.238,57	296.873,13
(-) IMPOSTOS INCIDENTES S/SERVIÇOS	183.162,51	284.238,57	296.873,13
PIS	12.180,53	24.236,57	22.133,71
COFINS	63.607,27	98.429,53	102.970,90
ISS	107.374,71	161.572,47	171.768,51
(-) SERVIÇOS CANCELADOS	-	-	-
<u>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</u>	2.005.209,46	2.872.908,72	3.143.007,35
<u>CUSTO DOS SERVIÇOS VENDIDOS</u>	1.078.475,26	1.034.315,01	995.229,45
<u>LUCRO BRUTO</u>	926.734,20	1.838.593,71	2.147.777,90
<u>DESPESAS OPERACIONAIS</u>	336.665,56	284.687,51	244.862,06
ADMINISTRATIVAS	280.973,12	263.783,90	232.187,37
DESPESAS FINANCEIRAS	56.528,47	28.234,13	31.484,68
(-)RECEITA FINANCEIRA	(836,03)	(7.330,52)	(18.809,99)
<u>RESULTADO OPERACIONAL</u>	590.068,64	1.553.906,20	1.902.915,84
<u>RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS</u>	-	-	-
<u>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA CONTR. SOCIAL</u>	590.068,64	1.553.906,20	1.902.915,84
<u>PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</u>	62.980,19	91.681,24	100.248,90
<u>PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA</u>	150.650,62	230.888,39	254.469,09
<u>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</u>	376.437,83	1.231.336,57	1.548.197,85

5.5.1 Evolução do Patrimônio

O patrimônio líquido da empresa teve um acréscimo de mais de 345% de 2005 para 2006, e de 384% de 2006 para 2007, cuja representatividade pode ser visualizada no gráfico infra.

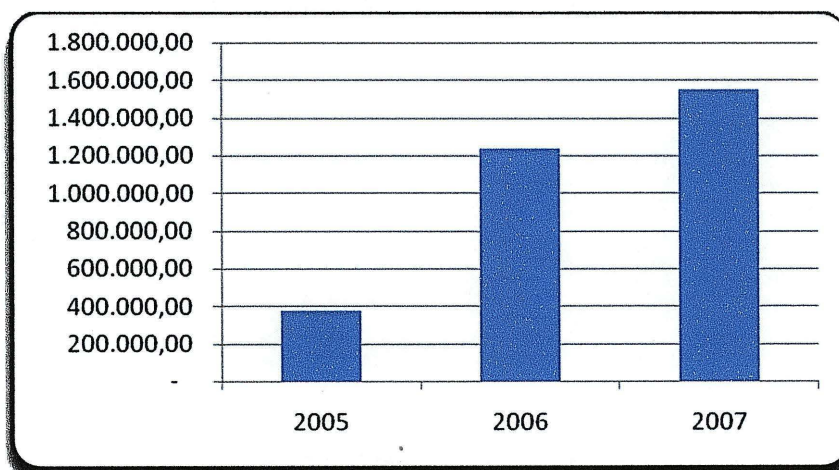
Gráfico 2: Evolução do Patrimônio Líquido



Fonte: Contabilidade e autora

Em relação ao resultado também houve incrementos, de 2005 para 2006 da ordem de 227,10% e de 2006 para 2007 de 25,73%.

Gráfico 3: Evolução do Resultado dos Últimos Exercícios



Fonte: Contabilidade e autora

5.5.2 Regime atual de Tributação – Lucro Presumido

Em 2006 a empresa recolheu aproximadamente 53% a mais do que no ano de 2005, e em 2007 o incremento foi de 7,38% em relação a 2006. Pode-se notar que esse acréscimo deve-se ao aumento do faturamento, que em 2006 foi 44,26% maior que 2005 e 2007 foram 8,95% maior que 2006.

O quadro abaixo mostra o total de tributos pagos nos anos de 2005, 2006 e 2007.

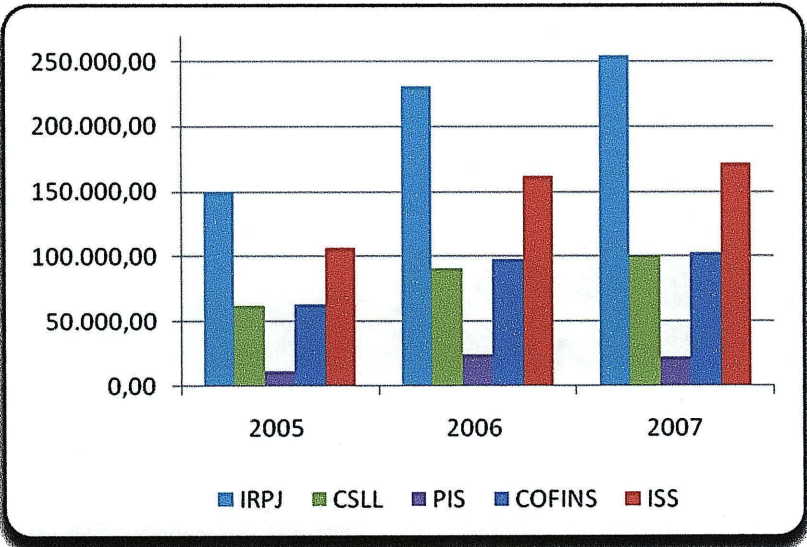
Tabela 8: Total de Tributos pagos

Tributos	2005	2006	2007
IRPJ	150.650,62	230.888,39	254.469,09
CSLL	62.980,19	91.681,24	100.248,90
PIS	12.180,53	24.236,57	22.133,71
COFINS	63.607,27	98.429,53	102.970,90
ISS	107.374,71	161.572,47	171.768,51
Total	396.793,32	606.808,20	651.591,12

Fonte: Contabilidade

Analisando separadamente, o gráfico abaixo, mostra a evolução de cada tributo durante os três anos.

Gráfico 4: Total de Tributos pagos



Fonte: Contabilidade e autora

5.6 Tributação pelo Lucro Real

Após demonstração dos tributos pelo Lucro Presumido, atual regime adotado pela empresa, far-se-á o cálculo dos tributos pelo Lucro Real para verificar qual a forma de tributação menos onerosa para a empresa em estudo.

Para tanto, as demonstrações dos resultados foram remontadas tendo em vista que a tributação pelo lucro real modifica a forma de cálculo do IRPJ e CSLL, e também do PIS e da COFINS. Neste regime, ora em simulação, o PIS e a COFINS apresentariam os seguintes valores:

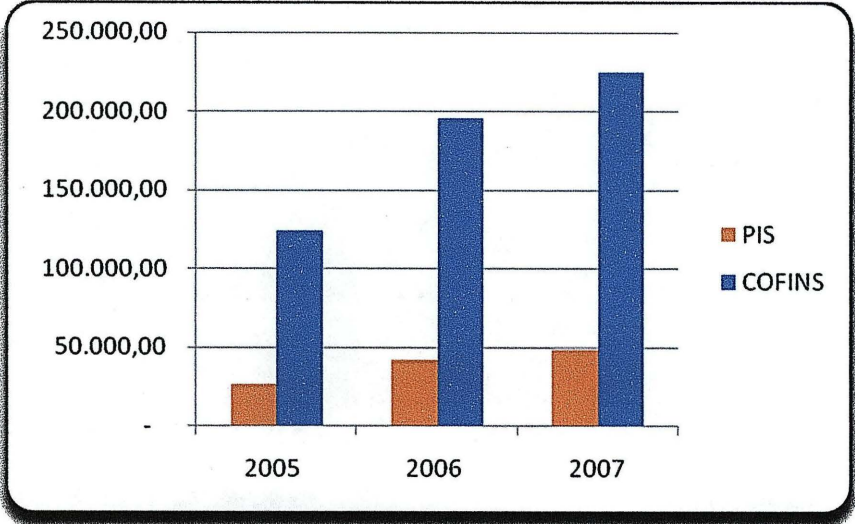
Tabela 9: Base de Cálculo para PIS e COFINS

	2005	2006	2007
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.188.371,97	3.157.147,29	3.439.880,48
SERVIÇOS PRESTADOS	2.188.371,97	3.157.147,29	3.439.880,48
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(549.325,69)	(581.763,38)	(483.505,24)
DEPRECIAÇÕES	(16.860,42)	(15.487,04)	(16.893,55)
SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	(322.278,69)	(382.455,46)	(287.335,60)
TELEFONE/INTERNET	(95.915,04)	(95.488,19)	(99.442,20)
VIAGENS/REFEIÇÕES/ESTADIAS	(57.736,96)	(37.819,90)	(40.809,98)
ANÚNCIOS	(5.299,14)	(3.404,60)	(480,00)
DESPESAS COM COMUNICAÇÃO	(9.946,84)	(4.835,53)	(11.662,91)
DESPESAS POSTAIS	(4.117,25)	(8.878,15)	(90,20)
ENERGIA ELÉTRICA	(11.569,32)	(14.044,01)	(15.945,22)
FOTOCOPIAS	(5.560,56)	(6.524,20)	(2.032,00)
PROPAGANDA E PUBLICIDADE	(20.041,47)	(12.826,30)	(8.813,58)
BASE DE CÁLCULO DO PIS/COFINS	1.639.046,28	2.575.383,91	2.956.375,24
PIS	27.044,26	42.493,83	48.780,19
COFINS	124.567,52	195.729,18	224.684,52

Fonte: a autora

No gráfico infra observa-se o montante do PIS e COFINS a pagar através da Tributação pelo Lucro Real.

Gráfico 5: Valores de PIS e COFINS pelo Lucro Real



Fonte: a autora

Conforme citado na página 18, a base de cálculo do IRPJ e CSLL é o lucro líquido do exercício ajustado pelas adições (despesas indedutíveis) e exclusões (receitas não tributáveis). Em análise aos balancetes analíticos em anexo, verificou-se que não há ajustes a fazer. Assim os valores para IRPJ e CSLL seriam de:

Tabela 10: Valores de IRPJ e CSLL

Lucro Real			
Tributos	2005	2006	2007
IRPJ	104.561,17	335.587,32	414.638,94
CSLL	46.282,02	129.451,44	157.910,02
Total	409.829,67	864.834,24	1.017.782,18

Fonte: a autora

Caso a empresa optasse pelo lucro real sua demonstração de resultado seria:

Tabela 11: Demonstração de Resultado do Exercício pelo Lucro Real

<u>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</u>			
	2005	2006	2007
<u>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</u>	2.188.371,97	3.157.147,29	3.439.880,48
SERVIÇOS PRESTADOS	2.188.371,97	3.157.147,29	3.439.880,48
<u>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</u>	258.986,49	399.795,48	445.233,22
(-) IMPOSTOS INCIDENTES S/SERVIÇOS	258.986,49	399.795,48	445.233,22
PIS	27.044,26	42.493,83	48.780,19
COFINS	124.567,52	195.729,18	224.684,52
ISS	107.374,71	161.572,47	171.768,51
<u>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</u>	1.929.385,48	2.757.351,81	2.994.647,26
<u>CUSTO DOS SERVIÇOS VENDIDOS</u>	1.078.475,26	1.034.315,01	995.229,45
<u>LUCRO BRUTO</u>	850.910,22	1.723.036,80	1.999.417,81
<u>DESPESAS OPERACIONAIS</u>	336.665,56	284.687,51	244.862,06
ADMINISTRATIVAS	280.973,12	263.783,90	232.187,37
DESPESAS FINANCEIRAS	56.528,47	28.234,13	31.484,68
(-)RECEITA FINANCEIRA	(836,03)	(7.330,52)	(18.809,99)
<u>RESULTADO OPERACIONAL</u>	514.244,66	1.438.349,29	1.754.555,75
<u>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA CONTR. SOCIAL</u>	514.244,66	1.438.349,29	1.754.555,75
<u>PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</u>	46.282,02	129.451,44	157.910,02
<u>PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA 15% ADICIONAL 10%</u>	77.136,70	215.752,39	263.183,36
	27.424,47	119.834,93	151.455,57
<u>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</u>	363.401,48	973.310,53	1.182.006,79

Fonte: a autora

Comparando-se o lucro líquido pelo regime atual e pela alternativa do lucro real, transparente está que a melhor opção é o lucro presumido, conforme tabela infra:

Tabela 12: Comparativo Lucro Líquido do Exercício

Resultado do Exercício			
Regime	2005	2006	2007
Lucro Presumido	376.437,83	1.231.336,57	1.548.197,85
Lucro Real	363.401,48	973.310,53	1.182.006,79
Diferença	13.036,36	258.026,04	366.191,06

Fonte: a autora

5.7 Análise comparativa do regime atual e alternativa para outro regime (Real)

Vale ressaltar que o outro tributo em estudo – ISS, não seria modificado, pois se trata de um tributo municipal.

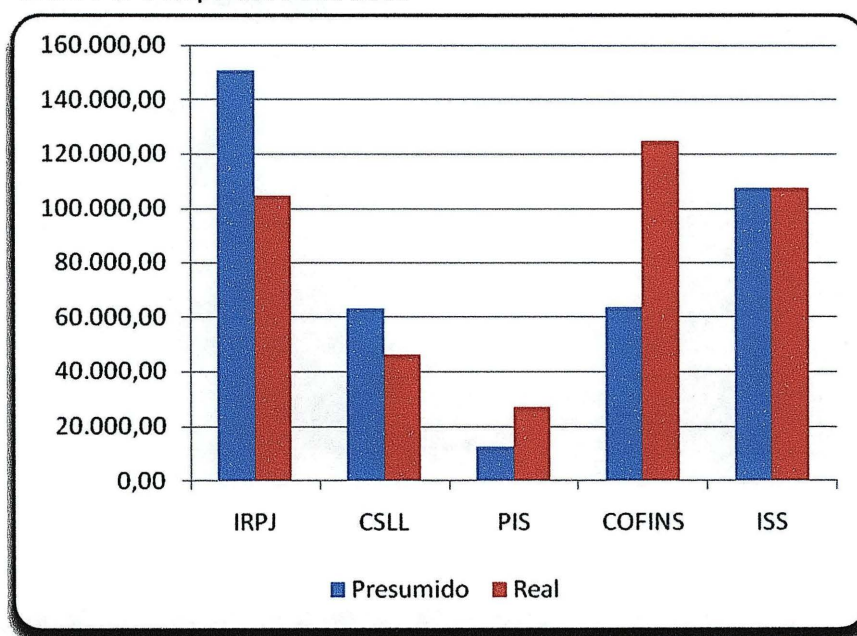
Comparando-se os dois regimes o ônus tributário em 2005 revela a supremacia do regime presumido em relação ao lucro real, conforme tabela e gráfico abaixo representado:

Tabela 13: Comparativo ano 2005

Tributos	Presumido 2005	Real 2005	Diferença
IRPJ	150.650,62	104.561,17	(46.089,45)
CSLL	62.980,19	46.282,02	(16.698,17)
PIS	12.180,53	27.044,26	14.863,73
COFINS	63.607,27	124.567,52	60.960,25
ISS	107.374,71	107.374,71	0,00
Total	396.793,32	409.829,67	13.036,36

Fonte: a autora

Gráfico 6: Comparativo ano 2005



Fonte: a autora

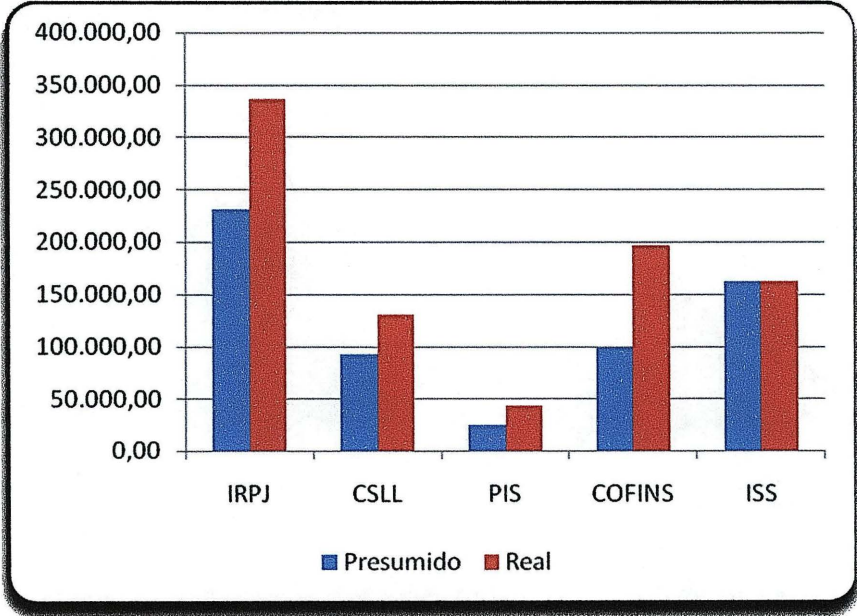
Em relação a 2006 o regime atualmente adotado pela empresa demonstra uma economia de R\$ 258.026,04. Conforme a seguir demonstrado através da tabela 14 e do gráfico 7.

Tabela 14: Comparativo ano 2006

Tributos	Presumido 2006	Real 2006	Diferença
IRPJ	230.888,39	335.587,32	104.698,93
CSLL	91.681,24	129.451,44	37.770,20
PIS	24.236,57	42.493,83	18.257,26
COFINS	98.429,53	195.729,18	97.299,65
ISS	161.572,47	161.572,47	0,00
Total	606.808,20	864.834,24	258.026,04

Fonte: a autora

Gráfico 7: Comparativo ano 2006



Fonte: a autora

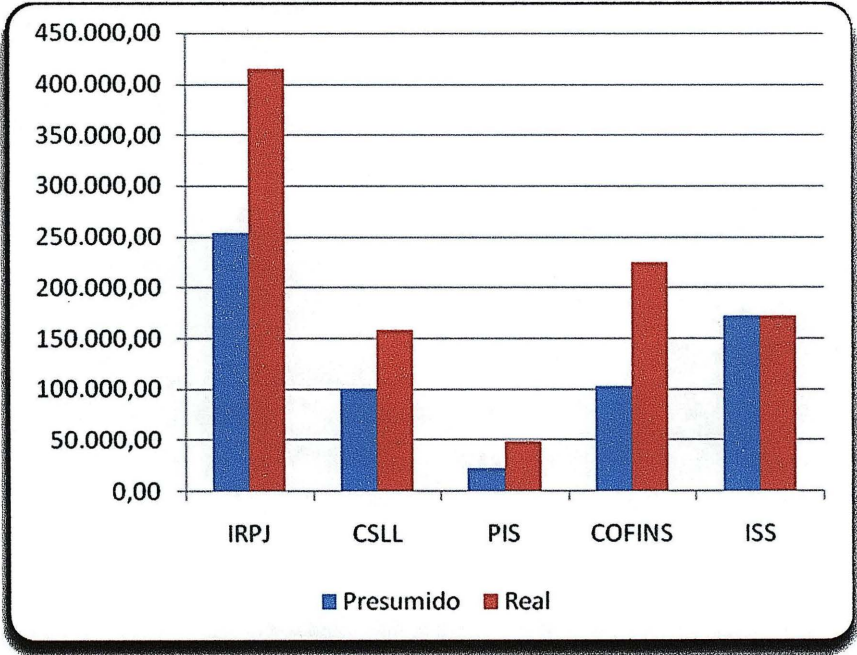
Também para o exercício de 2007, nota-se que a totalidade dos tributos pelo regime de lucro presumido é inferior em R\$ 366.191,06 quando comparada ao lucro real.

Tabela 15: Comparativo ano 2007

Tributos	Presumido 2007	Real 2007	Diferença
IRPJ	254.469,09	414.638,94	160.169,85
CSLL	100.248,90	157.910,02	57.661,12
PIS	22.133,71	48.780,19	26.646,48
COFINS	102.970,90	224.684,52	121.713,62
ISS	171.768,51	171.768,51	0,00
Total	651.591,12	1.017.782,18	366.191,06

Fonte: a autora

Gráfico 8: Comparativo ano 2007



Fonte: a autora

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A carga tributária no Brasil é bastante elevada, fazendo com que as empresas sofram uma incidência grande de tributos sobre suas receitas.

Em função disso, o empresário necessita de soluções rápidas e precisas para os altos custos. Para tanto, é importante que sejam feitos estudos e análises das informações contábeis da empresa, comparando-as com as formas de tributação legal, buscando alternativas que possam maximizar seus lucros.

No estudo de caso, observou-se que o total de tributos pelo regime presumido foi de: R\$ 396.793,02 em 2005, R\$ 606.808,20 em 2006, e, R\$ 651.591,12 em 2007.

Pelo ensaio para a alteração do regime para lucro real, observou-se que a totalidade dos encargos relativos à Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto sobre serviços (ISS) foram de: R\$ 409.829,67 em 2005, R\$ 864.834,24 em 2006, e, R\$ 1.017.782,18 em 2007.

O estudo de caso respondeu as perguntas formuladas e alcançou os objetivos, constatando que das opções de enquadramento tributário, Lucro Presumido e Lucro Real, para a empresa objeto deste estudo, a opção pelo Lucro Presumido é mais vantajosa, observando-se a economia do ônus tributário para os anos de 2005, 2006 e 2007.

Com a apuração dos resultados e com a constatação de que, quando optado pelo regime tributário adequado, obedecendo aos princípios e determinações da legislação tributária, a influência na apuração do resultado pode representar montantes significativos, de forma a garantir, em alguns casos, a manutenção da empresa no mercado tão competitivo.

Em relação ao estudo de caso, outras opções como remuneração dos quotistas através dos juros sobre o capital próprio também poderiam ser analisadas visando à redução do ônus tributário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETTONI, Jaime. **Apostila de pós-graduação em Contabilidade e Finanças**. UFPR, 2007.

BORGES, Humberto Bonavides. **Planejamento Tributário**. 6ª Edição, São Paulo. Atlas, 2001.

COBRA, Marcos. **Casos contemporâneos de Marketing, método de caso, formulário de análise**. São Paulo: Atlas, 1986.

GUBERT, Pablo Andrez Pinheiro. **Planejamento tributário: análise jurídica e ética**. Curitiba: Juruá, 2004.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 6º edição. São Paulo: Atlas, 2000.

HUCK, Hermes Marcelo. **Evasão e Elisão**. São Paulo: Saraiva, 1997.

MALKOWSKI, Almir. **Planejamento Tributário e a Questão da Elisão Fiscal**. São Paulo: Editora de Direito, 2000.

MARINS, James. **Elisão Tributária e sua regulação**. São Paulo: Dialética, 2002.

OLIVEIRA, Luis Martins de; CHIEREGATO, Renato; JUNIOR, José Hernandez Perez et al. **Manual de Contabilidade Tributária**. 2º edição. São Paulo: Atlas, 2003.

ESTUDOS DO IBPT, disponível em < www.ibpt.com.br>. Acesso em 27/08/2008.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: PAGUE MENOS DENTRO DA LEI, disponível em <www.portaltributario.com.br>. Acesso em 29/08/2008.

SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO, disponível em <www.wikipedia.com.br>. Acesso em 20/10/2008.

OS TRIBUTOS, disponível em <www.portaltributario.com.br>. Acesso em 02/09/2008.

BRASIL, Decreto 3.000, de 26 de março de 1999. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

BRASIL, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

BRASIL, Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966. Código Tributário Nacional.

ANEXOS

Conta	Reduzido	Nome	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1	17	ATIVO	750.556,35	5.374.429,26	5.692.279,60	432.706,01
1.1	23	CIRCULANTE	539.129,93	5.286.641,50	5.454.553,95	371.217,48
1.1.1	30	DISPONIVEL	367.763,88	2.680.263,44	3.033.061,13	14.966,19
1.1.1.01	46	CAIXA	304.684,55	469.570,17	768.370,13	5.884,59
1.1.1.01.0001	52	CAIXA GERAL	304.684,55	469.570,17	768.370,13	5.884,59
1.1.1.02	69	BANCOS CONTA MOVIMENTO	63.079,33	2.210.693,27	2.264.691,00	9.081,60
1.1.1.02.0001	1637	HSBC-0054-23053-21-CTBA	10.919,69	1.578.931,80	1.588.256,20	1.595,29
1.1.1.02.0001	1962	HSBC-0054-27980-26-JOINVILLE	52.159,64	631.761,47	676.434,80	7.486,31
1.1.2	81	CLIENTES	106.481,88	2.446.024,98	2.207.789,33	344.717,53
1.1.2.01	98	SERVICOS A RECEBER MATRIZ	106.481,88	1.739.695,50	1.561.495,77	284.681,61
1.1.2.01.0001	4564	ALLTECH DO BRASIL AGROINDUSTRIAL LTDA	0,00	5.247,74	0,00	5.247,74
1.1.2.01.0001	4073	BLOKTON EMPREEND. COMERCIAIS S/A	0,00	20.118,36	13.098,35	7.020,01
1.1.2.01.0001	3139	BRASCAN BRASIL LTDA	0,00	32.618,92	31.309,08	1.309,84
1.1.2.01.0001	2832	BRIDGESTONE FIRESTONE DO BRASIL	0,00	16.845,26	16.456,47	388,79
1.1.2.01.0001	1554	CLIENTES GERAIS	106.481,88	200.432,82	106.914,70	200.000,00
1.1.2.01.0001	3926	ETOILE DISTRIBUIDORA DE VEICULOS	0,00	10.642,36	7.804,40	2.837,96
1.1.2.01.0001	4096	FAMA COMUNICAÇÕES COM IND LTDA	0,00	5.525,88	1.667,92	3.857,96
1.1.2.01.0001	3659	GEMU IND E COM PLAST. E MET. LTDA	0,00	10.490,73	7.011,48	3.479,25
1.1.2.01.0001	3464	GERDAU ACOMINAS S/A	0,00	23.536,06	23.270,36	265,70
1.1.2.01.0001	2772	IRACOME DO BRASIL LTDA	0,00	12.654,02	11.835,38	818,64
1.1.2.01.0001	3079	JABUR INFORM. S/A	0,00	17.278,88	16.238,93	1.039,95
1.1.2.01.0001	4245	PACTUM CONSUL. EMPRESARIAL LTDA	0,00	5.003,22	3.335,48	1.667,74
1.1.2.01.0001	3576	PFERD R. DO BRASIL LTDA	0,00	4.877,75	1.951,10	2.926,65
1.1.2.01.0001	4571	SADIA S/A	0,00	19.647,50	0,00	19.647,50
1.1.2.01.0001	2996	SALVA SERV. MEDICOS EMERG. S/A	0,00	22.587,53	20.285,08	2.302,45
1.1.2.01.0001	3501	SPAIPA S/A IND BRAS. DE BEBIDAS	0,00	34.548,88	32.348,89	2.199,99
1.1.2.01.0001	2849	VANZIN IND AUTOPECAS	0,00	51.939,22	34.898,05	17.041,17
1.1.2.01.0001	3168	VOLVO DO BRASIL VEIC. LTDA	0,00	64.429,90	58.758,14	5.671,76
1.1.2.01.0001	4251	WW MONTAGENS E INST. DE MOVEIS LTDA	0,00	16.782,29	9.823,78	6.958,51
1.1.2.02	3731	SERVICOS A RECEBER FILIAL	0,00	706.329,48	646.293,56	60.035,92
1.1.2.02.0001	3352	BUSSCAR ONIBUS SA	0,00	82.701,41	67.993,86	14.707,55
1.1.2.02.0001	3406	DANICA TERMOINDUSTRIAL	0,00	25.734,01	20.003,49	5.730,52
1.1.2.02.0001	4401	GB SEGUROS LTDA	0,00	4.093,23	2.728,82	1.364,41
1.1.2.02.0001	4305	GEDAS DO BRASIL SERV. DE TECNOL. DA INF	0,00	5.023,50	3.349,00	1.674,50
1.1.2.02.0001	4311	IN LOCO PROM EVENTOS PUBLIC E PROPAG	0,00	5.730,54	2.865,27	2.865,27
1.1.2.02.0001	4587	LINCK S/A EQUIP. RODOV. E INDUSTRIAIS	0,00	4.693,57	0,00	4.693,57
1.1.2.02.0001	4328	RENTAUTO LOCADORA DE VEICULOS LTDA	0,00	7.395,89	5.553,93	1.841,96
1.1.2.02.0001	3323	SCHULZ S/A	0,00	31.714,55	29.667,94	2.046,61
1.1.2.02.0001	4341	SYSMEX DO BRASIL IND E COM LTDA	0,00	9.110,07	6.654,13	2.455,94
1.1.2.02.0001	4140	TELEPERFORMANCE CRM S/A	0,00	74.756,21	61.603,39	13.152,82
1.1.2.02.0001	4535	TUPY FUNDIÇÕES LTDA	0,00	9.502,77	0,00	9.502,77
1.1.3	106	OUTROS CREDITOS	64.884,17	160.353,08	213.703,49	11.533,76
1.1.3.01	112	ADIANTAMENTOS A TERCEIROS	36.262,13	22.473,25	58.735,38	0,00
1.1.3.02	129	ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	2.965,66	47.213,04	48.588,13	1.590,57
1.1.3.02.0001	1229	ADIANTAMENTO DE FERIAS	2.924,66	11.829,38	13.204,47	1.549,57
1.1.3.02.0001	1241	ADIANTAMENTO DE SALARIOS	41,00	1.286,42	1.286,42	41,00
1.1.3.03	135	IMPOSTOS A RECUPERAR	25.656,38	90.666,79	106.379,98	9.943,19
1.1.3.03.0001	4386	COFINS A RECUPERAR	0,00	690,39	624,95	65,44
1.1.3.03.0001	2431	COFINS RETIDO	0,00	20.267,29	17.236,76	3.030,53
1.1.3.03.0001	2447	CSLL RETIDO	0,00	6.755,58	5.361,88	1.393,70
1.1.3.03.0001	1726	IRRF S/ FATURAMENTO RETIDO	0,00	32.516,65	31.013,91	1.502,74
1.1.3.03.0001	4765	ISS A COMPENSAR	0,00	3.194,01	0,00	3.194,01
1.1.3.03.0001	3903	ISS RETIDO	0,00	2.989,93	2.927,23	62,70
1.1.3.03.0001	2424	PIS RETIDO	0,00	4.391,17	3.697,10	694,07
1.2	141	REALIZAVEL A LONGO PRAZO	140.482,60	83.759,20	220.865,23	3.376,57
1.2.1	158	CREDITOS E VALORES	140.482,60	83.759,20	220.865,23	3.376,57
1.2.1.01	164	CREDITOS DE SOCIOS	0,00	83.759,20	83.759,20	0,00
1.2.1.02	171	OUTROS CREDITOS	3.376,57	0,00	0,00	3.376,57
1.2.1.02.0001	2230	DE BERNT ENTSCHEV & CIA	3.376,57	0,00	0,00	3.376,57
1.2.1.03	2134	CRÉDITOS COLIGADAS	137.106,03	0,00	137.106,03	0,00
1.3	187	PERMANENTE	70.943,82	4.028,56	16.860,42	58.111,96
1.3.2	201	IMOBILIZADO	70.943,82	4.028,56	16.860,42	58.111,96

Balancete de Verificação

Página: 447
Período: 01/01/05 à 31/12/05

Conta	Reduzido	Nome	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.3.2.01	218	BENS EM OPERACAO	115.044,48	4.028,56	0,00	119.073,04
1.3.2.01.0001	1784	COMPUTADORES-HARDWARE	40.128,00	870,00	0,00	40.998,00
1.3.2.01.0001	1904	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10.746,33	0,00	0,00	10.746,33
1.3.2.01.0001	1940	MOVEIS E UTENSILIOS	51.576,15	3.158,56	0,00	54.734,71
1.3.2.01.0001	1791	SOFTWARE	12.594,00	0,00	0,00	12.594,00
1.3.2.05	224	DEPRECIACOES ACUMULADAS	(44.100,66)	0,00	16.860,42	(60.961,08)
1.3.2.05.0001	1809	COMPUTADORES-HARDWARE	(25.699,92)	0,00	8.069,10	(33.769,02)
1.3.2.05.0001	1911	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(3.911,82)	0,00	1.074,60	(4.986,42)
1.3.2.05.0001	1956	MOVEIS E UTENSILIOS	(5.261,92)	0,00	5.197,92	(10.459,84)
1.3.2.05.0001	1815	SOFTWARE	(9.227,00)	0,00	2.518,80	(11.745,80)
2	247	PASSIVO	750.556,35	2.650.728,49	2.332.878,15	432.706,01
2.1	253	CIRCULANTE	489.566,72	1.393.500,90	1.286.524,85	382.590,67
2.1.1	260	DEBITOS DE FINANCIAMENTOS	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00
2.1.1.01	276	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00
2.1.1.01.0001	4506	(-) CHEQUES A COMPENSAR	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00
2.1.2	282	DEBITOS DE FUNCIONAMENTO	438.139,35	1.091.552,16	950.219,02	296.806,21
2.1.2.01	299	FORNECEDORES	78.817,88	112.478,83	82.393,97	48.733,02
2.1.2.01.0001	2306	2AP CONSULTORIA REC HUM LTDA	34.316,81	33.417,74	34.749,21	35.648,28
2.1.2.01.0001	4660	ADATTARE CR IND COM DIVISORIAS E MOVEIS	0,00	2.698,38	3.248,38	550,00
2.1.2.01.0001	1778	ALGORITMO INFORMATICA LTDA	0,00	300,00	900,00	600,00
2.1.2.01.0001	2513	ERMARI ZANINI E CIA LTDA	30.608,62	21.953,66	0,00	8.654,96
2.1.2.01.0001	4430	V & A CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA	0,00	0,00	3.279,78	3.279,78
2.1.2.03	307	REMUNERACOES A PAGAR	993,70	278.702,42	277.708,72	0,00
2.1.2.04	313	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.813,91	165.511,32	173.222,62	13.525,21
2.1.2.04.0001	1092	FGTS A RECOLHER	3.931,75	40.053,63	39.452,58	3.330,70
2.1.2.04.0001	1101	INSS A RECOLHER	1.882,16	125.457,69	133.770,04	10.194,51
2.1.2.05	320	IMPOSTOS E TAXAS A PAGAR	36.718,76	228.238,53	217.130,55	25.610,78
2.1.2.05.0001	1561	COFINS A RECOLHER	15.624,98	84.320,40	74.373,37	5.677,95
2.1.2.05.0001	2252	CONTR. RETIDAS PIS/COFINS/CSLL	3.278,73	4.266,35	4.739,40	3.751,78
2.1.2.05.0001	1130	CONTRIB.SINDICAL A RECOLHER	954,35	3.085,56	2.306,36	175,15
2.1.2.05.0001	1123	IRRF A RECOLHER	2.065,24	13.456,56	14.182,56	2.781,24
2.1.2.05.0001	1117	ISS A RECOLHER MATRIZ	11.414,54	106.397,42	107.220,92	12.238,04
2.1.2.05.0001	1577	PIS A RECOLHER	3.390,92	16.712,24	14.307,94	986,62
2.1.2.06	336	CONTAS A PAGAR	260.873,02	226.281,93	174.346,11	208.937,20
2.1.2.06.0001	2482	AIMS INTERNATIONAL MANAGEMENT LTDA	138.269,78	127.137,04	141.215,95	152.348,69
2.1.2.06.0001	2453	EMPRESTIMO BERNT ENTSCHEV	108.308,00	72.000,00	0,00	36.308,00
2.1.2.06.0001	2476	RH CENTER	14.295,24	27.144,89	33.130,16	20.280,51
2.1.2.07	2170	RECEBIMENTO DE ADIANTAMENTOS	54.922,08	80.339,13	25.417,05	0,00
2.1.3	342	PROVISOES	51.427,37	301.948,74	332.305,83	81.784,46
2.1.3.01	359	PROVISAO P/IMPOSTO DE RENDA	13.261,93	221.283,82	231.074,91	23.053,02
2.1.3.01.0001	1146	CONTRIBUICAO SOCIAL	622,08	60.654,89	65.748,44	5.715,63
2.1.3.01.0001	1152	IMPOSTO DE RENDA PJ	12.639,85	160.628,93	165.326,47	17.337,39
2.1.3.02	365	PROVISOES TRABALHISTAS	38.165,44	80.664,92	101.230,92	58.731,44
2.1.3.02.0001	1175	PROVISAO DE FERIAS	38.165,44	39.767,67	60.333,67	58.731,44
2.2	371	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	0,00	2.405,20	13.222,11	10.816,91
2.2.1	388	DEBITOS DE FINANCIAMENTOS	0,00	2.405,20	13.222,11	10.816,91
2.2.1.02	4446	PARCELAMENTO DIVIDA ATIVA	0,00	2.405,20	13.222,11	10.816,91
2.2.1.02.0001	4469	PARCELAMENTO COFINS	0,00	234,90	1.383,50	1.148,60
2.2.1.02.0001	4452	PARCELAMENTO CSLL	0,00	530,60	2.000,13	1.469,53
2.2.1.02.0001	2619	PARCELAMENTO IRPJ	0,00	1.639,70	9.838,48	8.198,78
2.4	394	PATRIMONIO LIQUIDO	260.989,63	1.254.822,39	1.033.131,19	39.298,43
2.4.1	402	CAPITAL E RESERVAS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
2.4.1.01	419	CAPITAL SOCIAL	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
2.4.1.01.0001	1181	CAPITAL INTEGRALIZADO	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
2.4.2	6178	LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	250.989,63	1.254.822,39	1.033.131,19	29.298,43
2.4.2.01	431	LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	275.051,77	263.099,65	214.674,42	226.626,54
2.4.2.01.0001	2022	LUCROS ACUMULADOS	273.254,14	228.388,14	204.326,00	249.192,00
2.4.2.01.0002	2201	(-) AJUSTE DE EXERCICIOS	1.797,63	34.711,51	10.348,42	(22.565,46)

Responsável pela emissão deste relatório:

Balancete de Verificação

Página: 448
Período: 01/01/05 à 31/12/05

Conta	Reduzido	Nome	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.4.2.02	1608	RESULTADO DO EXERCICIO	204.326,00	417.956,81	590.068,63	376.437,82
2.4.2.02.0001	1614	RESULTADO DO EXERCICIO	204.326,00	417.956,81	590.068,63	376.437,82
2.4.2.03	6191	(-) LUCROS DISTRIBUIDOS	(228.388,14)	573.765,93	228.388,14	(573.765,93)
2.4.2.03.0001	4848	LUCROS DISTRIBUIDOS JC HANYZ	0,00	240.217,39	0,00	(240.217,39)
2.4.2.03.0001	4854	LUCROS DISTRIBUIDOS DE BERNT & CIA	0,00	333.548,54	0,00	(333.548,54)
3	448	RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	1.872.039,12	2.462.107,75	590.068,63
3.1	454	RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	0,00	183.162,52	2.188.371,97	2.005.209,45
3.1.1	461	RECEITA BRUTA DOS SERVICOS	0,00	0,00	2.188.371,97	2.188.371,97
3.1.1.01	477	VENDA DE SERVICOS MATRIZ	0,00	0,00	2.188.371,97	2.188.371,97
3.1.1.01.0001	1198	SELECAO E RECRUTAMENTO	0,00	0,00	2.171.783,36	2.171.783,36
3.1.1.01.0001	2358	SERVICOS INTERNACIONAIS	0,00	0,00	16.588,61	16.588,61
3.1.2	483	(-) DEDUCOES RECEITA BRUTA	0,00	183.162,52	0,00	(183.162,52)
3.1.2.02	508	(-) IMPOSTOS INCID. S/ SERVICOS MATRIZ	0,00	183.162,52	0,00	(183.162,52)
3.1.2.02.0001	1525	COFINS	0,00	65.106,73	0,00	(65.106,73)
3.1.2.02.0001	1399	ISS	0,00	103.949,33	0,00	(103.949,33)
3.1.2.02.0001	1519	PIS	0,00	14.106,46	0,00	(14.106,46)
3.2	5760	CUSTOS DOS SERVICOS	0,00	1.137.845,67	59.061,22	(1.078.784,45)
3.2.1	5776	CUSTOS	0,00	1.137.845,67	59.061,22	(1.078.784,45)
3.2.1.01	5782	CUSTOS COM PESSOAL	0,00	639.395,76	28.147,83	(611.247,93)
3.2.1.01.0001	1436	13 SALARIO	0,00	28.724,11	825,88	(27.898,23)
3.2.1.01.0001	1442	ASSISTENCIA MEDICA	0,00	34.536,06	5.681,14	(28.854,92)
3.2.1.01.0001	1459	FERIAS	0,00	41.806,14	13,78	(41.792,36)
3.2.1.01.0001	1465	FGTS	0,00	44.501,74	4.985,50	(39.516,24)
3.2.1.01.0001	1703	INDENIZACOES	0,00	2.519,00	0,00	(2.519,00)
3.2.1.01.0001	1471	INSS	0,00	112.517,25	15.974,50	(96.542,75)
3.2.1.01.0001	1488	SALARIOS	0,00	301.373,49	235,03	(301.138,46)
3.2.1.01.0001	1927	UNIFORMES	0,00	2.287,00	0,00	(2.287,00)
3.2.1.01.0001	1494	VALE REFEICAO	0,00	58.656,47	254,00	(58.402,47)
3.2.1.01.0001	1502	VALE TRANSPORTE	0,00	12.474,50	178,00	(12.296,50)
3.2.1.02	1710	OUTROS CUSTOS	0,00	498.449,91	30.913,39	(467.536,52)
3.2.1.02.0001	4831	(-) RECUPERAÇÃO DESPESAS	0,00	0,00	29.100,30	29.100,30
3.2.1.02.0001	4676	ANUNCIOS - CONTRATAÇÃO	0,00	959,00	0,00	(959,00)
3.2.1.02.0001	721	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	0,00	2.577,52	0,00	(2.577,52)
3.2.1.02.0001	744	DEPRECIACOES	0,00	16.860,42	0,00	(16.860,42)
3.2.1.02.0001	773	DESPESAS C/VEICULOS	0,00	309,19	0,00	(309,19)
3.2.1.02.0001	1206	SERVICOS DE TERCEIROS	0,00	322.278,69	0,00	(322.278,69)
3.2.1.02.0001	939	TELEFONE/INTERNET	0,00	95.915,04	0,00	(95.915,04)
3.2.1.02.0001	891	VIAGENS, REFEICOES E ESTADIAS	0,00	59.550,05	1.813,09	(57.736,96)
3.3	2128	DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	280.663,93	0,00	(280.663,93)
3.3.1	5799	DESPESAS ADMISNITRATIVAS	0,00	280.663,93	0,00	(280.663,93)
3.3.1.02	572	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	274.152,20	0,00	(274.152,20)
3.3.1.02.0001	900	AGUA E ESGOTOS	0,00	356,85	0,00	(356,85)
3.3.1.02.0001	661	ALUGUEL E CONDOMINIO	0,00	104.873,72	0,00	(104.873,72)
3.3.1.02.0001	1732	ANUNCIOS	0,00	5.299,14	0,00	(5.299,14)
3.3.1.02.0001	678	ASSOCIACOES/ANUIDADES	0,00	14.702,85	0,00	(14.702,85)
3.3.1.02.0001	709	BENS DE PEQUENO VALOR	0,00	972,00	0,00	(972,00)
3.3.1.02.0001	1755	CONFRATERNIZACOES E EVENTOS	0,00	2.359,75	0,00	(2.359,75)
3.3.1.02.0001	1643	CONTRIBUICAO SINDICAL	0,00	1.351,10	0,00	(1.351,10)
3.3.1.02.0001	1761	CURSOS	0,00	980,00	0,00	(980,00)
3.3.1.02.0001	1672	DESPESAS C/CARTORIO	0,00	177,90	0,00	(177,90)
3.3.1.02.0001	751	DESPESAS C/COMUNICACAO	0,00	9.946,84	0,00	(9.946,84)
3.3.1.02.0001	767	DESPESAS C/COPA	0,00	10.333,30	0,00	(10.333,30)
3.3.1.02.0001	780	DESPESAS C/LOCOMOCAO	0,00	11.869,19	0,00	(11.869,19)
3.3.1.02.0001	2631	DESPESAS POSTAIS	0,00	4.117,25	0,00	(4.117,25)
3.3.1.02.0001	922	ENERGIA ELETRICA	0,00	11.569,32	0,00	(11.569,32)
3.3.1.02.0001	796	FOTOCOPIAS	0,00	5.560,56	0,00	(5.560,56)
3.3.1.02.0001	804	FRETES E CARRETOS	0,00	158,30	0,00	(158,30)
3.3.1.02.0001	811	HONORARIOS	0,00	4.270,00	0,00	(4.270,00)
3.3.1.02.0001	550	INSS	0,00	3.597,31	0,00	(3.597,31)
3.3.1.02.0001	684	JORNAIS, LIVROS E REVISTAS	0,00	2.270,61	0,00	(2.270,61)
3.3.1.02.0001	827	LIMPEZA, MANUT.E CONSERVACAO	0,00	2.262,13	0,00	(2.262,13)
3.3.1.02.0001	833	MANUTENCAO MAQ.EQUIPTOS	0,00	27.403,33	0,00	(27.403,33)
3.3.1.02.0001	840	MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	15.703,44	0,00	(15.703,44)
3.3.1.02.0001	879	PRO-LABORE	0,00	11.360,00	0,00	(11.360,00)
3.3.1.02.0001	3234	PROCESSAMENTO DE DADOS	0,00	605,00	0,00	(605,00)
3.3.1.02.0001	1666	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	0,00	20.041,47	0,00	(20.041,47)

Balancete de Verificação

Página: 449
Período: 01/01/05 à 31/12/05

Conta	Reduzido	Nome	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.1.02.0001	1749	REFEICOES	0,00	381,83	0,00	(381,83)
3.3.1.02.0001	856	SEGUROS	0,00	305,35	0,00	(305,35)
3.3.1.02.0001	2163	VIAGENS E ESTADAS	0,00	49,00	0,00	(49,00)
3.3.1.02.0001	1650	VIGILANCIA E SEGURANCA	0,00	1.274,66	0,00	(1.274,66)
3.3.1.04	2690	IMPOSTOS E TAXAS	0,00	6.511,73	0,00	(6.511,73)
3.3.1.04.0001	916	IMPOSTOS E TAXAS	0,00	6.511,73	0,00	(6.511,73)
3.4	738	RESULTADO FINANCEIRO	0,00	56.736,19	1.043,75	(55.692,44)
3.4.1	715	RESULTADO FINANCEIRO	0,00	56.736,19	1.043,75	(55.692,44)
3.4.1.01	3270	DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	56.736,19	207,72	(56.528,47)
3.4.1.01.0001	945	CPMF	0,00	8.538,22	60,55	(8.477,67)
3.4.1.01.0001	951	DESCONTOS CONCEDIDOS	0,00	1.796,41	111,88	(1.684,53)
3.4.1.01.0001	968	DESPESAS BANCARIAS	0,00	4.450,50	12,50	(4.438,00)
3.4.1.01.0001	974	IOF-IMP.S/OPER.FINANCEIRAS	0,00	0,01	0,00	(0,01)
3.4.1.01.0001	997	JUROS PASSIVOS	0,00	33.966,97	22,79	(33.944,18)
3.4.1.01.0001	1005	MULTAS	0,00	5.660,15	0,00	(5.660,15)
3.4.1.01.0001	2371	VARIACAO CAMBIAL PASSIVA	0,00	2.323,93	0,00	(2.323,93)
3.4.1.02	981	RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	836,03	836,03
3.4.1.02.0001	1011	DESCONTOS OBTIDOS	0,00	0,00	52,97	52,97
3.4.1.02.0001	1028	JUROS ATIVOS	0,00	0,00	783,06	783,06
3.7	5820	PROVISAO IRPJ E CSLL	0,00	213.630,81	213.630,81	0,00
3.7.1	5836	PROVISAO IMPOSTO DE RENDA	0,00	213.630,81	213.630,81	0,00
3.7.1.01	4647	IMPOSTO DE RENDA	0,00	150.650,62	150.650,62	0,00
3.7.1.02	4631	CONTRIBUICAO SOCIAL	0,00	62.980,19	62.980,19	0,00
7	1347	CONTAS TRANSITORIAS	0,00	590.068,63	0,00	590.068,63
7.1	1353	CONTAS DE APURACAO DE RESULTADO	0,00	590.068,63	0,00	590.068,63
7.1.1	1360	RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	590.068,63	0,00	590.068,63
7.1.1.01	1376	RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	590.068,63	0,00	590.068,63
7.1.1.01.0001	1382	APURACAO DO RESULTADO	0,00	590.068,63	0,00	590.068,63

Balancete de Verificação

Página: 446
Período: 01/01/06 à 31/12/06

Conta	Reduzido	Nome	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1	17	ATIVO	432.706,01	7.721.469,81	7.838.644,08	315.531,74
1.1	23	CIRCULANTE	371.217,48	7.668.899,94	7.771.425,60	268.691,82
1.1.1	30	DISPONIVEL	14.966,19	4.386.934,58	4.311.610,55	90.290,22
1.1.1.01	46	CAIXA	5.884,59	882.393,36	877.485,63	10.792,32
1.1.1.01.0001	52	CAIXA GERAL	5.884,59	882.393,36	877.485,63	10.792,32
1.1.1.02	69	BANCOS CONTA MOVIMENTO	9.081,60	3.327.841,12	3.309.479,34	27.443,38
1.1.1.02.0001	1637	HSBC-0054-23053-21-CTBA	1.595,29	2.658.332,18	2.647.221,94	12.705,53
1.1.1.02.0001	1962	HSBC-0054-27980-26-JOINVILLE	7.486,31	669.508,94	662.257,40	14.737,85
1.1.1.04	75	BANCOS C/APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	176.700,10	124.645,58	52.054,52
1.1.1.04.0001	1844	HSBC APLICAÇÃO CTA 23053-21	0,00	140.976,41	124.645,58	16.330,83
1.1.1.04.0001	2217	HSBC-APLICAÇÃO-0054-27980-26-JOINVILLE	0,00	35.723,69	0,00	35.723,69
1.1.2	81	CLIENTES	344.717,53	3.015.991,69	3.193.115,35	167.593,87
1.1.2.01	98	SERVICOS A RECEBER MATRIZ	284.681,61	1.374.720,49	1.496.144,56	163.257,54
1.1.2.01.0001	4281	AGROTEC S/A	0,00	10.204,78	3.843,54	6.361,24
1.1.2.01.0001	5658	BIOGATE MICROINGREDIENTES LTDA	0,00	2.483,22	0,00	2.483,22
1.1.2.01.0001	4073	BLOKTON EMPREEND. COMERCIAIS S/A	7.020,01	0,00	0,00	7.020,01
1.1.2.01.0001	2743	BRITANIA ELETROD. S/A	0,00	5.999,99	0,00	5.999,99
1.1.2.01.0001	5173	BUYCASCH FOMENTO MERCANTIL S/A	0,00	9.823,75	5.894,25	3.929,50
1.1.2.01.0001	3702	CIA BRASILEIRA DE BICICLETAS	0,00	19.871,45	16.372,96	3.498,49
1.1.2.01.0001	2803	CONS NACIONAL VOLVO S/C LTDA	0,00	41.065,29	38.756,29	2.309,00
1.1.2.01.0001	3205	DECORPRINT DEC. DO PR IND E COM LTDA	0,00	7.276,88	5.457,66	1.819,22
1.1.2.01.0001	2737	EDITORA GAZETA DO POVO S/A	0,00	43.217,19	40.933,16	2.284,03
1.1.2.01.0001	3926	ETOILE DISTRIBUIDORA DE VEICULOS	2.837,96	0,00	0,00	2.837,96
1.1.2.01.0001	4096	FAMA COMUNICAÇÕES COM IND LTDA	3.857,96	0,00	0,00	3.857,96
1.1.2.01.0001	3659	GEMU IND E COM PLAST. E MET. LTDA	3.479,25	0,00	0,00	3.479,25
1.1.2.01.0001	3991	GREIF EMBALAGENS IND DO BRASIL LTDA	0,00	21.693,01	10.380,42	11.312,59
1.1.2.01.0001	3949	INGRA INDUSTRIA GRAFICA LTDA	0,00	20.123,95	13.415,96	6.707,99
1.1.2.01.0001	5629	ITESA LTDA	0,00	8.186,48	0,00	8.186,48
1.1.2.01.0001	3079	JABUR INFORM. S/A	1.039,95	0,00	0,00	1.039,95
1.1.2.01.0001	4009	JTEKT AUTOMOTIVA BRASIL LTDA	0,00	9.828,00	0,00	9.828,00
1.1.2.01.0001	5434	PHILIPS DO BRASIL LTDA	0,00	17.722,69	11.815,14	5.907,55
1.1.2.01.0001	5552	PLONA EQUIPAMENTOS IND DE COMPONENTE	0,00	7.845,39	5.230,26	2.615,13
1.1.2.01.0001	5049	POSITIVO INFORMATICA	0,00	10.233,05	8.186,44	2.046,61
1.1.2.01.0001	4571	SADIA S/A	19.647,50	102.837,09	119.967,48	2.517,11
1.1.2.01.0001	4541	TMT MOTOCO DO BRASIL	0,00	16.602,16	12.770,90	3.831,26
1.1.2.01.0001	5381	V & M FLORESTAL LTDA	0,00	37.209,59	29.798,40	7.411,19
1.1.2.01.0001	3168	VOLVO DO BRASIL VEIC. LTDA	5.671,76	5.484,94	5.976,12	5.180,58
1.1.2.01.0001	3777	WEG IND S/A	0,00	35.000,00	0,00	35.000,00
1.1.2.01.0001	5345	WHB FUNDAÇÃO LTDA	0,00	75.600,29	63.900,30	11.699,99
1.1.2.01.0001	4251	WW MONTAGENS E INST. DE MOVEIS LTDA	6.958,51	0,00	2.865,27	4.093,24
1.1.2.02	3731	SERVICOS A RECEBER FILIAL	60.035,92	1.641.271,20	1.696.970,79	4.336,33
1.1.2.02.0001	4311	IN LOCO PROM EVENTOS PUBLIC E PROPAG	2.865,27	5.321,21	6.958,51	1.227,97
1.1.2.02.0001	3761	UNIMED STA CATARINA	0,00	28.108,94	25.000,58	3.108,36
1.1.3	106	OUTROS CREDITOS	11.533,76	265.973,67	266.699,70	10.807,73
1.1.3.01	112	ADIANTAMENTOS A TERCEIROS	0,00	750,00	750,00	0,00
1.1.3.02	129	ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	1.590,57	75.453,53	68.376,42	8.667,68
1.1.3.02.0001	1229	ADIANTAMENTO DE FERIAS	1.549,57	31.898,02	24.779,91	8.667,68
1.1.3.03	135	IMPOSTOS A RECUPERAR	9.943,19	189.770,14	197.573,28	2.140,05
1.1.3.03.0001	4386	COFINS A RECUPERAR	65,44	3.353,10	3.258,07	160,47
1.1.3.03.0001	2039	IRPJ A COMPENSAR	0,00	2.046,99	1.438,85	608,14
1.1.3.03.0001	4765	ISS A COMPENSAR	3.194,01	1.482,07	4.051,14	624,94
1.1.3.03.0001	4370	PIS A RECUPERAR	0,00	746,50	0,00	746,50
1.2	141	REALIZAVEL A LONGO PRAZO	3.376,57	35.760,87	39.137,44	0,00
1.2.1	158	CREDITOS E VALORES	3.376,57	35.760,87	39.137,44	0,00
1.2.1.02	171	OUTROS CREDITOS	3.376,57	35.760,87	39.137,44	0,00
1.3	187	PERMANENTE	58.111,96	16.809,00	28.081,04	46.839,92
1.3.2	201	IMOBILIZADO	58.111,96	16.809,00	28.081,04	46.839,92
1.3.2.01	218	BENS EM OPERACAO	119.073,04	4.215,00	12.594,00	110.694,04
1.3.2.01.0001	1784	COMPUTADORES-HARDWARE	40.998,00	1.545,00	0,00	42.543,00
1.3.2.01.0001	1904	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	10.746,33	2.330,00	0,00	13.076,33
1.3.2.01.0001	1940	MOVEIS E UTENSILIOS	54.734,71	340,00	0,00	55.074,71
1.3.2.05	224	DEPRECIACOES ACUMULADAS	(60.961,08)	12.594,00	15.487,04	(63.854,12)

Balancete de Verificação

Página: 447
Período: 01/01/06 à 31/12/06

Conta	Reduzido	Nome	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.3.2.05.0001	1809	COMPUTADORES-HARDWARE	(33.769,02)	0,00	8.285,94	(42.054,96)
1.3.2.05.0001	1911	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(4.986,42)	0,00	1.316,07	(6.302,49)
1.3.2.05.0001	1956	MOVEIS E UTENSILIOS	(10.459,84)	0,00	5.036,83	(15.496,67)
2	247	PASSIVO	432.706,01	3.581.747,43	3.464.573,16	315.531,74
2.1	253	CIRCULANTE	382.590,67	1.526.650,63	1.271.695,36	127.635,40
2.1.1	260	DEBITOS DE FINANCIAMENTOS	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
2.1.1.01	276	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
2.1.2	282	DEBITOS DE FUNCIONAMENTO	296.806,21	1.127.380,70	858.417,11	27.842,62
2.1.2.01	299	FORNECEDORES	48.733,02	51.593,02	2.860,00	0,00
2.1.2.03	307	REMUNERACOES A PAGAR	0,00	229.874,47	229.874,47	0,00
2.1.2.04	313	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	13.525,21	160.943,49	159.717,84	12.299,56
2.1.2.04.0001	1092	FGTS A RECOLHER	3.330,70	36.357,03	35.250,27	2.223,94
2.1.2.04.0001	1101	INSS A RECOLHER	10.194,51	124.586,46	124.467,57	10.075,62
2.1.2.05	320	IMPOSTOS E TAXAS A PAGAR	25.610,78	326.473,99	316.330,08	15.466,87
2.1.2.05.0001	1561	COFINS A RECOLHER	5.677,95	102.662,23	99.335,50	2.351,22
2.1.2.05.0001	2252	CONTR. RETIDAS PIS/COFINS/CSLL	3.751,78	7.731,66	5.092,29	1.112,41
2.1.2.05.0001	1123	IRRF A RECOLHER	2.781,24	16.234,48	14.654,53	1.201,29
2.1.2.05.0001	1117	ISS A RECOLHER MATRIZ	12.238,04	175.542,06	173.672,90	10.368,88
2.1.2.05.0001	1577	PIS A RECOLHER	986,62	22.068,46	21.514,91	433,07
2.1.2.06	336	CONTAS A PAGAR	208.937,20	358.495,73	149.558,53	0,00
2.1.2.07	2170	RECEBIMENTO DE ADIANTAMENTOS	0,00	0,00	76,19	76,19
2.1.2.07.0001	2186	ADIANTAMENTO DE CLIENTES	0,00	0,00	76,19	76,19
2.1.3	342	PROVISOES	81.784,46	395.269,93	413.278,25	99.792,78
2.1.3.01	359	PROVISAO P/IMPOSTO DE RENDA	23.053,02	297.006,17	329.319,66	55.366,51
2.1.3.01.0001	1146	CONTRIBUICAO SOCIAL	5.715,63	89.052,17	96.654,05	13.317,51
2.1.3.01.0001	1152	IMPOSTO DE RENDA PJ	17.337,39	207.954,00	232.665,61	42.049,00
2.1.3.02	365	PROVISOES TRABALHISTAS	58.731,44	98.263,76	83.958,59	44.426,27
2.1.3.02.0001	1175	PROVISAO DE FERIAS	58.731,44	63.686,70	49.381,53	44.426,27
2.2	371	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	10.816,91	3.516,24	5.629,24	12.929,91
2.2.1	388	DEBITOS DE FINANCIAMENTOS	10.816,91	3.516,24	5.629,24	12.929,91
2.2.1.02	4446	PARCELAMENTO DVIDA ATIVA	10.816,91	2.818,68	163,97	8.162,20
2.2.1.02.0001	4469	PARCELAMENTO COFINS	1.148,60	287,10	0,00	861,50
2.2.1.02.0001	4452	PARCELAMENTO CSLL	1.469,53	399,97	163,97	1.233,53
2.2.1.02.0001	2619	PARCELAMENTO IRPJ	8.198,78	2.131,61	0,00	6.067,17
2.2.1.03	5233	PARCELAMENTO RECEITA FEDERAL	0,00	697,56	5.465,27	4.767,71
2.2.1.03.0001	5240	PARCELAMENTO COFINS	0,00	173,04	1.557,13	1.384,09
2.2.1.03.0001	5256	PARCELAMENTO CSLL	0,00	152,70	1.272,85	1.120,15
2.2.1.03.0001	5262	PARCELAMENTO IRPJ	0,00	256,20	2.519,67	2.263,47
2.4	394	PATRIMONIO LIQUIDO	39.298,43	2.051.580,56	2.187.248,56	174.966,43
2.4.1	402	CAPITAL E RESERVAS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
2.4.1.01	419	CAPITAL SOCIAL	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
2.4.1.01.0001	1181	CAPITAL INTEGRALIZADO	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
2.4.2	6178	LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	29.298,43	2.051.580,56	2.187.248,56	164.966,43
2.4.2.01	431	LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	226.626,54	588.717,51	382.146,06	20.055,09
2.4.2.01.0001	2022	LUCROS ACUMULADOS	249.192,00	573.765,93	376.437,82	51.863,89
2.4.2.01.0002	2201	(-) AJUSTE DE EXERCICIOS	(22.565,46)	14.951,58	5.708,24	(31.808,80)
2.4.2.02	1608	RESULTADO DO EXERCICIO	376.437,82	376.437,82	1.231.336,57	1.231.336,57
2.4.2.02.0001	1614	RESULTADO DO EXERCICIO	376.437,82	376.437,82	1.231.336,57	1.231.336,57
2.4.2.03	6191	(-)LUCROS DISTRIBUIDOS	(573.765,93)	1.086.425,23	573.765,93	(1.086.425,23)
2.4.2.03.0001	4848	LUCROS DISTRIBUIDOS JC HANYZ	(240.217,39)	650.046,94	240.217,39	(650.046,94)
2.4.2.03.0001	4854	LUCROS DISTRIBUIDOS DE BERNT & CIA	(333.548,54)	436.378,29	333.548,54	(436.378,29)
3	448	RESULTADO DO EXERCICIO	590.068,63	2.010.520,16	3.241.856,73	1.821.405,20
3.1	454	RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	2.005.209,45	284.238,64	3.157.147,36	4.878.118,17

Balancete de Verificação

Página: 448
Período: 01/01/06 à 31/12/06

Conta	Reduzido	Nome	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.1.1	461	RECEITA BRUTA DOS SERVICOS	2.188.371,97	0,00	3.157.147,29	5.345.519,26
3.1.1.01	477	VENDA DE SERVICOS MATRIZ	2.188.371,97	0,00	3.157.147,29	5.345.519,26
3.1.1.01.00001	1198	SELECAO E RECRUTAMENTO	2.171.783,36	0,00	3.146.942,51	5.318.725,87
3.1.1.01.00001	2358	SERVICOS INTERNACIONAIS	16.588,61	0,00	10.204,78	26.793,39
3.1.2	483	(-) DEDUCOES RECEITA BRUTA	(183.162,52)	284.238,64	0,07	(467.401,09)
3.1.2.02	508	(-)IMPOSTOS INCID. S/ SERVICOS MATRIZ	(183.162,52)	284.238,64	0,07	(467.401,09)
3.1.2.02.00001	1525	COFINS	(65.106,73)	94.508,01	0,02	(159.614,72)
3.1.2.02.00001	1399	ISS	(103.949,33)	169.253,90	0,05	(273.203,18)
3.1.2.02.00001	1519	PIS	(14.106,46)	20.476,73	0,00	(34.583,19)
3.2	5760	CUSTOS DOS SERVICOS	(1.078.784,45)	1.108.119,83	73.669,82	(2.113.234,46)
3.2.1	5776	CUSTOS	(1.078.784,45)	1.108.119,83	73.669,82	(2.113.234,46)
3.2.1.01	5782	CUSTOS COM PESSOAL	(611.247,93)	572.930,80	44.461,75	(1.139.716,98)
3.2.1.01.00001	1436	13 SALARIO	(27.898,23)	27.314,96	204,45	(55.008,74)
3.2.1.01.00001	1442	ASSISTENCIA MEDICA	(28.854,92)	37.245,55	16.644,09	(49.456,38)
3.2.1.01.00001	1459	FERIAS	(41.792,36)	36.726,73	1.151,46	(77.367,63)
3.2.1.01.00001	1465	FGTS	(39.516,24)	38.480,34	5.828,66	(72.167,92)
3.2.1.01.00001	1703	INDENIZACOES	(2.519,00)	6.735,00	893,67	(8.360,33)
3.2.1.01.00001	1471	INSS	(96.542,75)	102.947,51	18.279,23	(181.211,03)
3.2.1.01.00001	1488	SALARIOS	(301.138,46)	273.495,35	1.102,19	(573.531,62)
3.2.1.01.00001	1927	UNIFORMES	(2.287,00)	0,00	0,00	(2.287,00)
3.2.1.01.00001	1494	VALE REFEICAO	(58.402,47)	39.339,86	221,00	(97.521,33)
3.2.1.01.00001	1502	VALE TRANSPORTE	(12.296,50)	10.645,50	137,00	(22.805,00)
3.2.1.02	1710	OUTROS CUSTOS	(467.536,52)	535.189,03	29.208,07	(973.517,48)
3.2.1.02.00001	4831	(-)RECUPERAÇÃO DESPESAS	29.100,30	0,00	21.903,30	51.003,60
3.2.1.02.00001	4676	ANUNCIOS - CONTRATAÇÃO	(959,00)	1.566,72	829,44	(1.696,28)
3.2.1.02.00001	721	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	(2.577,52)	2.236,72	0,00	(4.814,24)
3.2.1.02.00001	744	DEPRECIACOES	(16.860,42)	15.487,04	0,00	(32.347,46)
3.2.1.02.00001	773	DESPESAS C/VEICULOS	(309,19)	135,00	0,00	(444,19)
3.2.1.02.00001	1206	SERVICOS DE TERCEIROS	(322.278,69)	382.455,46	0,00	(704.734,15)
3.2.1.02.00001	939	TELEFONE/INTERNET	(95.915,04)	95.488,19	0,00	(191.403,23)
3.2.1.02.00001	891	VIAGENS, REFEICOES E ESTADIAS	(57.736,96)	37.819,90	6.475,33	(89.081,53)
3.3	2128	DESPESAS OPERACIONAIS	(280.663,93)	264.650,00	1.001,10	(544.312,83)
3.3.1	5799	DESPESAS ADMISNITRATIVAS	(280.663,93)	264.650,00	1.001,10	(544.312,83)
3.3.1.02	572	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(274.152,20)	258.510,45	1.001,10	(531.661,55)
3.3.1.02.00001	900	AGUA E ESGOTOS	(356,85)	338,20	0,00	(695,05)
3.3.1.02.00001	661	ALUGUEL E CONDOMINIO	(104.873,72)	109.588,04	0,00	(214.461,76)
3.3.1.02.00001	1732	ANUNCIOS	(5.299,14)	3.404,60	0,00	(8.703,74)
3.3.1.02.00001	678	ASSOCIACOES/ANUIDADES	(14.702,85)	11.540,97	0,00	(26.243,82)
3.3.1.02.00001	709	BENS DE PEQUENO VALOR	(972,00)	2.026,40	0,00	(2.998,40)
3.3.1.02.00001	1755	CONFRATERNIZACOES E EVENTOS	(2.359,75)	6.271,27	167,00	(8.464,02)
3.3.1.02.00001	1643	CONTRIBUICAO SINDICAL	(1.351,10)	1.674,64	0,00	(3.025,74)
3.3.1.02.00001	1761	CURSOS	(980,00)	2.350,00	0,00	(3.330,00)
3.3.1.02.00001	1672	DESPESAS C/CARTORIO	(177,90)	48,12	0,00	(226,02)
3.3.1.02.00001	751	DESPESAS C/COMUNICACAO	(9.946,84)	4.835,53	0,00	(14.782,37)
3.3.1.02.00001	767	DESPESAS C/COPA	(10.333,30)	6.355,86	192,10	(16.497,06)
3.3.1.02.00001	780	DESPESAS C/LOCOMOCAO	(11.869,19)	1.596,40	0,00	(13.465,59)
3.3.1.02.00001	2631	DESPESAS POSTAIS	(4.117,25)	8.878,15	0,00	(12.995,40)
3.3.1.02.00001	922	ENERGIA ELETRICA	(11.569,32)	14.044,01	0,00	(25.613,33)
3.3.1.02.00001	796	FOTOCOPIAS	(5.560,56)	6.524,20	0,00	(12.084,76)
3.3.1.02.00001	804	FRETES E CARRETOS	(158,30)	0,00	0,00	(158,30)
3.3.1.02.00001	1689	GRAFICA E IMPRESSOS	0,00	1.118,00	0,00	(1.118,00)
3.3.1.02.00001	811	HONORARIOS	(4.270,00)	4.030,00	0,00	(8.300,00)
3.3.1.02.00001	550	INSS	(3.597,31)	3.497,66	0,00	(7.094,97)
3.3.1.02.00001	684	JORNAIS, LIVROS E REVISTAS	(2.270,61)	3.676,04	0,00	(5.946,65)
3.3.1.02.00001	827	LIMPEZA, MANUT.E CONSERVACAO	(2.262,13)	1.878,55	0,00	(4.140,68)
3.3.1.02.00001	833	MANUTENCAO MAQ..EQUIPOS	(27.403,33)	17.752,45	640,00	(44.515,78)
3.3.1.02.00001	840	MATERIAL DE EXPEDIENTE	(15.703,44)	13.554,98	0,00	(29.258,42)
3.3.1.02.00001	1695	MEDICAMENTOS	0,00	8,10	0,00	(8,10)
3.3.1.02.00001	879	PRO-LABORE	(11.360,00)	12.152,00	2,00	(23.510,00)
3.3.1.02.00001	3234	PROCESSAMENTO DE DADOS	(605,00)	342,00	0,00	(947,00)
3.3.1.02.00001	1666	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	(20.041,47)	12.826,30	0,00	(32.867,77)
3.3.1.02.00001	1749	REFEICOES	(381,83)	440,78	0,00	(822,61)
3.3.1.02.00001	856	SEGUROS	(305,35)	226,08	0,00	(531,43)
3.3.1.02.00001	2648	SERVIÇOS DE ENTREGAS	0,00	5.972,52	0,00	(5.972,52)
3.3.1.02.00001	2163	VIAGENS E ESTADAS	(49,00)	0,00	0,00	(49,00)
3.3.1.02.00001	1650	VIGILANCIA E SEGURANCA	(1.274,66)	1.558,60	0,00	(2.833,26)
3.3.1.04	2690	IMPOSTOS E TAXAS	(6.511,73)	6.139,55	0,00	(12.651,28)
3.3.1.04.00001	2016	COFINS E PIS S/OUTRAS RECEITAS	0,00	267,55	0,00	(267,55)
3.3.1.04.00001	916	IMPOSTOS E TAXAS	(6.511,73)	5.872,00	0,00	(12.383,73)

Balancete de Verificação

Página: 449
Período: 01/01/06 à 31/12/06

Conta	Reduzido	Nome	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.4	738	RESULTADO FINANCEIRO	(55.692,44)	30.942,06	10.038,45	(76.596,05)
3.4.1	715	RESULTADO FINANCEIRO	(55.692,44)	30.942,06	10.038,45	(76.596,05)
3.4.1.01	3270	DESPESAS FINANCEIRAS	(56.528,47)	30.942,06	2.707,93	(84.762,60)
3.4.1.01.0001	945	CPMF	(8.477,67)	11.812,27	0,00	(20.289,94)
3.4.1.01.0001	951	DESCONTOS CONCEDIDOS	(1.684,53)	49,61	6,81	(1.727,33)
3.4.1.01.0001	968	DESPESAS BANCARIAS	(4.438,00)	5.303,10	40,00	(9.701,10)
3.4.1.01.0001	974	IOF-IMP.S/OPER.FINANCEIRAS	(0,01)	0,96	0,00	(0,97)
3.4.1.01.0001	997	JUROS PASSIVOS	(33.944,18)	11.638,44	2.626,62	(42.956,00)
3.4.1.01.0001	1005	MULTAS	(5.660,15)	2.137,68	34,50	(7.763,33)
3.4.1.01.0001	2371	VARIACAO CAMBIAL PASSIVA	(2.323,93)	0,00	0,00	(2.323,93)
3.4.1.02	981	RECEITAS FINANCEIRAS	836,03	0,00	7.330,52	8.166,55
3.4.1.02.0001	1011	DESCONTOS OBTIDOS	52,97	0,00	0,00	52,97
3.4.1.02.0001	1028	JUROS ATIVOS	783,06	0,00	630,42	1.413,48
3.4.1.02.0001	1034	RENDIMENTO S/APLIC.FINANCEIRAS	0,00	0,00	6.700,10	6.700,10
3.7	5820	PROVISAO IRPJ E CSLL	0,00	322.569,63	0,00	(322.569,63)
3.7.1	5836	PROVISAO IMPOSTO DE RENDA	0,00	322.569,63	0,00	(322.569,63)
3.7.1.01	4647	IMPOSTO DE RENDA	0,00	230.888,39	0,00	(230.888,39)
3.7.1.01.0001	1590	IRPJ - PRESUMIDO	0,00	230.888,39	0,00	(230.888,39)
3.7.1.02	4631	CONTRIBUICAO SOCIAL	0,00	91.681,24	0,00	(91.681,24)
3.7.1.02.0001	1583	CONTRIB.SOCIAL - PRESUMIDO	0,00	91.681,24	0,00	(91.681,24)
7	1347	CONTAS TRANSITORIAS	590.068,63	1.231.336,57	0,00	1.821.405,20
7.1	1353	CONTAS DE APURACAO DE RESULTADO	590.068,63	1.231.336,57	0,00	1.821.405,20
7.1.1	1360	RESULTADO DO EXERCICIO	590.068,63	1.231.336,57	0,00	1.821.405,20
7.1.1.01	1376	RESULTADO DO EXERCICIO	590.068,63	1.231.336,57	0,00	1.821.405,20
7.1.1.01.0001	1382	APURACAO DO RESULTADO	590.068,63	1.231.336,57	0,00	1.821.405,20

Balancete de Verificação

Página: 446
Período: 01/01/07 à 31/12/07

Conta	Reduzido	Nome	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1	17	ATIVO	315.531,74	8.918.780,24	8.205.968,01	1.028.343,97
1.1	23	CIRCULANTE	268.691,82	8.755.026,80	8.086.984,46	936.734,16
1.1.1	30	DISPONIVEL	90.290,22	4.729.371,54	4.566.922,47	252.739,29
1.1.1.01	46	CAIXA	10.792,32	726.467,03	724.540,04	12.719,31
1.1.1.01.0001	52	CAIXA GERAL	10.792,32	719.322,84	717.982,03	12.133,13
1.1.1.01.0001	3263	FUNDO FIXO JOINVILLE	0,00	7.144,19	6.558,01	586,18
1.1.1.02	69	BANCOS CONTA MOVIMENTO	27.443,38	3.741.327,32	3.528.750,72	240.019,98
1.1.1.02.0001	1637	HSBC-0054-23053-21-CTBA	12.705,53	3.142.652,21	2.967.828,67	187.529,07
1.1.1.02.0001	1962	HSBC-0054-27980-26-JOINVILLE	14.737,85	598.675,11	560.922,05	52.490,91
1.1.1.04	75	BANCOS C/APLICACOES FINANCEIRAS	52.054,52	261.577,19	313.631,71	0,00
1.1.2	81	CLIENTES	167.593,87	3.704.376,34	3.261.704,81	610.265,40
1.1.2.01	98	SERVICOS A RECEBER MATRIZ	163.257,54	2.010.053,23	1.628.610,45	544.700,32
1.1.2.01.0001	4281	AGROTEC S/A	6.361,24	22.206,27	24.269,11	4.298,40
1.1.2.01.0001	6505	AIMS - LAFER INTERNATIONAL	0,00	4.550,00	0,00	4.550,00
1.1.2.01.0001	6333	AMBEV- COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERIC	0,00	12.870,00	0,00	12.870,00
1.1.2.01.0001	6474	ARMAZENS GERAIS COLUMBIA S/A	0,00	10.847,07	3.445,00	7.402,07
1.1.2.01.0001	4713	ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA APC	0,00	71.797,37	68.097,09	3.700,28
1.1.2.01.0001	2743	BRITANIA ELETROD. S/A	5.999,99	19.530,74	19.615,74	5.914,99
1.1.2.01.0001	6356	CAMFER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	0,00	7.981,80	3.683,91	4.297,89
1.1.2.01.0001	6400	CASTELLAR ENGENHARIA LTDA	0,00	25.499,98	12.749,99	12.749,99
1.1.2.01.0001	1554	CLIENTES GERAIS	0,00	440.804,40	0,00	440.804,40
1.1.2.01.0001	6296	CNH LATINO AMERICANA LTDA	0,00	18.314,61	18.121,37	193,24
1.1.2.01.0001	2766	DIPLOMATA IND E COM LTDA	0,00	22.813,72	14.038,72	8.775,00
1.1.2.01.0001	2737	EDITORA GAZETA DO POVO S/A	2.284,03	77.616,31	65.669,48	14.230,86
1.1.2.01.0001	6445	MERCEDES BENS DO BRASIL LTDA	0,00	67.455,45	64.287,84	3.167,61
1.1.2.01.0001	6149	ROULLIER BRASIL LTDA	0,00	12.279,72	8.186,48	4.093,24
1.1.2.01.0001	5196	SOUZA CRUZ S/A	0,00	24.487,04	24.098,64	388,40
1.1.2.01.0001	5061	VOTORANTIM INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS L	0,00	40.921,51	23.657,56	17.263,95
1.1.2.02	3731	SERVICOS A RECEBER FILIAL	4.336,33	1.694.323,11	1.633.094,36	65.565,08
1.1.2.02.0001	6014	AGROMARAU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	0,00	4.664,96	821,19	3.843,77
1.1.2.02.0001	5300	BRASCAN ENERGETICA S/A	0,00	38.268,36	34.805,16	3.463,20
1.1.2.02.0001	5470	BUNGE ALIMENTOS S/A	0,00	109.678,03	94.078,07	15.599,96
1.1.2.02.0001	3352	BUSSCAR ONIBUS SA	0,00	51.336,89	50.141,36	1.195,53
1.1.2.02.0001	6244	CARBOR TECNOLOGIA DA BORRACHA LTDA	0,00	19.384,20	14.768,91	4.615,29
1.1.2.02.0001	6021	CENTRO DE CONVENÇÕES DE FLORIANOPOLI	0,00	17.484,55	13.987,64	3.496,91
1.1.2.02.0001	5569	FERRAMENTAS GERAIS COM.E IMP. S.A.	0,00	13.342,53	7.342,55	5.999,98
1.1.2.02.0001	5990	GEMALTO DO BRASIL CARTÕES E TERMINAIS	0,00	24.956,79	20.863,54	4.093,25
1.1.2.02.0001	6043	INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL TH	0,00	19.066,64	14.299,98	4.766,66
1.1.2.02.0001	4363	JASMINE COM .DE PRODUTOS ALIMENTICIOS L	0,00	19.647,52	14.735,64	4.911,88
1.1.2.02.0001	4423	METSO PAPER SULAMERICANA LTDA	0,00	46.018,57	44.255,15	1.763,42
1.1.2.02.0001	4921	ROMAGNOLE PRODUTOS ELETRICOS LTDA	0,00	68.478,30	65.858,63	2.619,67
1.1.2.02.0001	6251	SAO BENTO EMBALAGENS LTDA	0,00	5.828,16	3.885,44	1.942,72
1.1.2.02.0001	5977	SULCATARINENSE LTDA	0,00	16.529,16	9.276,32	7.252,84
1.1.3	106	OUTROS CREDITOS	10.807,73	321.278,92	258.357,18	73.729,47
1.1.3.01	112	ADIANTAMENTOS A TERCEIROS	0,00	56.306,40	235,70	56.070,70
1.1.3.01.0001	1548	ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	0,00	56.306,40	235,70	56.070,70
1.1.3.02	129	ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	8.667,68	50.762,46	54.880,47	4.549,67
1.1.3.02.0001	1229	ADIANTAMENTO DE FERIAS	8.667,68	14.198,51	19.796,52	3.069,67
1.1.3.02.0001	2157	ADIANTAMENTO DE VIAGEM	0,00	1.930,00	450,00	1.480,00
1.1.3.03	135	IMPOSTOS A RECUPERAR	2.140,05	214.210,06	203.241,01	13.109,10
1.1.3.03.0001	2431	COFINS RETIDO	0,00	72.278,07	71.451,07	827,00
1.1.3.03.0001	2559	CSLL A COMPENSAR	0,00	8.586,34	6.822,81	1.763,53
1.1.3.03.0001	2447	CSLL RETIDO	0,00	24.112,43	23.190,13	922,30
1.1.3.03.0001	2039	IRPJ A COMPENSAR	608,14	15.944,53	11.943,06	4.809,61
1.1.3.03.0001	1726	IRRF S/FATURAMENTO RETIDO	0,00	50.947,99	50.594,54	353,45
1.1.3.03.0001	4765	ISS A COMPENSAR	624,94	5.705,89	3.838,21	2.492,62
1.1.3.03.0001	3903	ISS RETIDO	0,00	19.960,71	18.564,32	1.396,39
1.1.3.03.0001	4370	PIS A RECUPERAR	746,50	41,29	469,41	318,38
1.1.3.03.0001	2424	PIS RETIDO	0,00	15.660,67	15.470,55	190,12
1.1.3.03.0001	3978	RETENCAO CSLL/PIS/COFINS	0,00	235,70	0,00	235,70
1.2	141	REALIZAVEL A LONGO PRAZO	0,00	118.669,50	102.000,00	16.669,50
1.2.1	158	CREDITOS E VALORES	0,00	118.669,50	102.000,00	16.669,50
1.2.1.02	171	OUTROS CREDITOS	0,00	60.000,00	60.000,00	0,00
1.2.1.03	2134	CRÉDITOS COLIGADAS	0,00	58.669,50	42.000,00	16.669,50
1.2.1.03.0001	2275	AIMS INTERNAT MANAGEMENT SEARCH LTDA	0,00	18.669,50	2.000,00	16.669,50

Balancete de Verificação

Página: 447
Período: 01/01/07 à 31/12/07

Conta	Reduzido	Nome	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.3	187	PERMANENTE	46.839,92	45.083,94	16.983,55	74.940,31
1.3.2	201	IMOBILIZADO	46.839,92	45.083,94	16.983,55	74.940,31
1.3.2.01	218	BENS EM OPERACAO	110.694,04	45.083,94	0,00	155.777,98
1.3.2.01.0001	1784	COMPUTADORES-HARDWARE	42.543,00	20.047,58	0,00	62.590,58
1.3.2.01.0001	1904	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	13.076,33	0,00	0,00	13.076,33
1.3.2.01.0001	1940	MOVEIS E UTENSILIOS	55.074,71	23.239,36	0,00	78.314,07
1.3.2.01.0001	1791	SOFTWARE	0,00	1.797,00	0,00	1.797,00
1.3.2.05	224	DEPRECIACOES ACUMULADAS	(63.854,12)	0,00	16.983,55	(80.837,67)
1.3.2.05.0001	1809	COMPUTADORES-HARDWARE	(42.054,96)	0,00	9.715,92	(51.770,88)
1.3.2.05.0001	1911	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(6.302,49)	0,00	1.307,64	(7.610,13)
1.3.2.05.0001	1956	MOVEIS E UTENSILIOS	(15.496,67)	0,00	5.900,09	(21.396,76)
1.3.2.05.0001	1815	SOFTWARE	0,00	0,00	59,90	(59,90)
2	247	PASSIVO	315.531,74	4.432.878,44	5.145.690,67	1.028.343,97
2.1	253	CIRCULANTE	127.635,40	1.202.808,96	1.247.467,82	172.294,26
2.1.2	282	DEBITOS DE FUNCIONAMENTO	27.842,62	761.436,58	800.841,19	67.247,23
2.1.2.01	299	FORNECEDORES	0,00	15.128,83	16.606,48	1.477,65
2.1.2.01.0001	3375	PRODUAL TELECOMUNICACOES	0,00	6.242,25	7.719,90	1.477,65
2.1.2.03	307	REMUNERACOES A PAGAR	0,00	247.295,34	247.295,34	0,00
2.1.2.04	313	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	12.299,56	161.379,94	165.423,48	16.343,10
2.1.2.04.0001	1092	FGTS A RECOLHER	2.223,94	35.128,23	37.219,17	4.314,88
2.1.2.04.0001	1101	INSS A RECOLHER	10.075,62	126.251,71	128.204,31	12.028,22
2.1.2.05	320	IMPOSTOS E TAXAS A PAGAR	15.466,87	311.909,91	325.703,97	29.260,93
2.1.2.05.0001	1561	COFINS A RECOLHER	2.351,22	104.382,60	103.933,69	1.902,31
2.1.2.05.0001	2252	CONTR. RETIDAS PIS/COFINS/CSLL	1.112,41	2.629,24	1.780,81	263,98
2.1.2.05.0001	1130	CONTRIB.SINDICAL A RECOLHER	0,00	2.275,08	2.331,54	56,46
2.1.2.05.0001	1123	IRRF A RECOLHER	1.201,29	15.901,64	18.176,18	3.475,83
2.1.2.05.0001	1117	ISS A RECOLHER MATRIZ	10.368,88	164.274,92	177.056,23	23.150,19
2.1.2.05.0001	1577	PIS A RECOLHER	433,07	22.446,43	22.425,52	412,16
2.1.2.06	336	CONTAS A PAGAR	0,00	25.722,56	42.033,56	16.311,00
2.1.2.06.0000	5961	RH CENTER TRABALHO TEMPORARIO	0,00	2.278,56	12.278,56	10.000,00
2.1.2.06.0001	2482	AIMS INTERNATIONAL MANAGEMENT LTDA	0,00	23.444,00	29.600,00	6.156,00
2.1.2.06.0001	2476	RH CENTER	0,00	0,00	155,00	155,00
2.1.2.07	2170	RECEBIMENTO DE ADIANTAMENTOS	76,19	0,00	3.778,36	3.854,55
2.1.2.07.0001	2186	ADIANTAMENTO DE CLIENTES	76,19	0,00	3.778,36	3.854,55
2.1.3	342	PROVISOES	99.792,78	441.372,38	446.626,63	105.047,03
2.1.3.01	359	PROVISAO P/IMPOSTO DE RENDA	55.366,51	357.352,51	359.903,35	57.917,35
2.1.3.01.0001	1146	CONTRIBUICAO SOCIAL	13.317,51	105.288,31	101.773,61	9.802,81
2.1.3.01.0001	1152	IMPOSTO DE RENDA PJ	42.049,00	252.064,20	258.129,74	48.114,54
2.1.3.02	365	PROVISOES TRABALHISTAS	44.426,27	84.019,87	86.723,28	47.129,68
2.1.3.02.0001	1175	PROVISAO DE FERIAS	44.426,27	47.481,39	50.184,80	47.129,68
2.2	371	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	12.929,91	3.819,23	0,00	9.110,68
2.2.1	388	DEBITOS DE FINANCIAMENTOS	12.929,91	3.819,23	0,00	9.110,68
2.2.1.02	4446	PARCELAMENTO DVIDA ATIVA	8.162,20	2.680,80	0,00	5.481,40
2.2.1.02.0001	4469	PARCELAMENTO COFINS	861,50	313,20	0,00	548,30
2.2.1.02.0001	4452	PARCELAMENTO CSLL	1.233,53	399,96	0,00	833,57
2.2.1.02.0001	2619	PARCELAMENTO IRPJ	6.067,17	1.967,64	0,00	4.099,53
2.2.1.03	5233	PARCELAMENTO RECEITA FEDERAL	4.767,71	1.138,43	0,00	3.629,28
2.2.1.03.0001	5240	PARCELAMENTO COFINS	1.384,09	346,08	0,00	1.038,01
2.2.1.03.0001	5256	PARCELAMENTO CSLL	1.120,15	279,95	0,00	840,20
2.2.1.03.0001	5262	PARCELAMENTO IRPJ	2.263,47	512,40	0,00	1.751,07
2.4	394	PATRIMONIO LIQUIDO	174.966,43	3.226.250,25	3.898.222,85	846.939,03
2.4.1	402	CAPITAL E RESERVAS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
2.4.1.01	419	CAPITAL SOCIAL	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
2.4.1.01.0001	1181	CAPITAL INTEGRALIZADO	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
2.4.2	6178	LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	164.966,43	3.226.250,25	3.898.222,85	836.939,03
2.4.2.01	431	LUCROS/PREJUIZOS ACUMULADOS	20.055,09	1.184.387,31	1.263.599,77	99.267,55

Balancete de Verificação

Página: 448
Período: 01/01/07 à 31/12/07

Conta	Reduzido	Nome	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.4.2.01.0001	2022	LUCROS ACUMULADOS	51.863,89	1.118.234,03	1.231.336,57	164.966,43
2.4.2.01.0002	2201	(-) AJUSTE DE EXERCÍCIOS	(31.808,80)	66.153,28	32.263,20	(65.698,88)
2.4.2.02	1608	RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.231.336,57	1.231.336,57	1.548.197,85	1.548.197,85
2.4.2.02.0001	1614	RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.231.336,57	1.231.336,57	1.548.197,85	1.548.197,85
2.4.2.03	6191	(-) LUCROS DISTRIBUÍDOS	(1.086.425,23)	810.526,37	1.086.425,23	(810.526,37)
2.4.2.03.0001	1621	(-) LUCROS DISTRIBUÍDOS	0,00	119.870,43	0,00	(119.870,43)
2.4.2.03.0001	4848	LUCROS DISTRIBUÍDOS JC HANYZ	(650.046,94)	680.655,94	650.046,94	(680.655,94)
2.4.2.03.0001	4854	LUCROS DISTRIBUÍDOS DE BERNT & CIA	(436.378,29)	10.000,00	436.378,29	(10.000,00)
3	448	RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.821.405,20	1.963.823,49	3.512.021,34	3.369.603,05
3.1	454	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.878.118,17	296.873,13	3.439.880,48	8.021.125,52
3.1.1	461	RECEITA BRUTA DOS SERVIÇOS	5.345.519,26	0,00	3.439.880,48	8.785.399,74
3.1.1.01	477	VENDA DE SERVIÇOS MATRIZ	5.345.519,26	0,00	3.439.880,48	8.785.399,74
3.1.1.01.0001	1198	SELEÇÃO E RECRUTAMENTO	5.318.725,87	0,00	3.430.612,61	8.749.338,48
3.1.1.01.0001	2358	SERVIÇOS INTERNACIONAIS	26.793,39	0,00	9.267,87	36.061,26
3.1.2	483	(-) DEDUÇÕES RECEITA BRUTA	(467.401,09)	296.873,13	0,00	(764.274,22)
3.1.2.02	508	(-) IMPOSTOS INCID. S/ SERVIÇOS MATRIZ	(467.401,09)	296.873,13	0,00	(764.274,22)
3.1.2.02.0001	1525	COFINS	(159.614,72)	102.918,37	0,00	(262.533,09)
3.1.2.02.0001	1399	ISS	(273.203,18)	171.655,77	0,00	(444.858,95)
3.1.2.02.0001	1519	PIS	(34.583,19)	22.298,99	0,00	(56.882,18)
3.2	5760	CUSTOS DOS SERVIÇOS	(2.113.234,46)	1.045.635,13	50.405,68	(3.108.463,91)
3.2.1	5776	CUSTOS	(2.113.234,46)	1.045.635,13	50.405,68	(3.108.463,91)
3.2.1.01	5782	CUSTOS COM PESSOAL	(1.139.716,98)	596.664,01	45.308,67	(1.691.072,32)
3.2.1.01.0001	1436	13 SALÁRIO	(55.008,74)	27.533,22	279,25	(82.262,71)
3.2.1.01.0001	1442	ASSISTÊNCIA MÉDICA	(49.456,38)	41.771,66	19.668,57	(71.559,47)
3.2.1.01.0001	1459	FÉRIAS	(77.367,63)	37.234,36	9,25	(114.592,74)
3.2.1.01.0001	1465	FGTS	(72.167,92)	41.457,76	4.232,48	(109.393,20)
3.2.1.01.0001	1703	INDENIZAÇÕES	(8.360,33)	2.719,00	2.482,88	(8.596,45)
3.2.1.01.0001	1471	INSS	(181.211,03)	107.430,00	16.987,73	(271.653,30)
3.2.1.01.0001	1488	SALÁRIOS	(573.531,62)	288.446,75	935,91	(861.042,46)
3.2.1.01.0001	1927	UNIFORMES	(2.287,00)	102,30	0,00	(2.389,30)
3.2.1.01.0001	1494	VALE REFEIÇÃO	(97.521,33)	38.415,36	456,00	(135.480,69)
3.2.1.01.0001	1502	VALE TRANSPORTE	(22.805,00)	11.553,60	256,60	(34.102,00)
3.2.1.02	1710	OUTROS CUSTOS	(973.517,48)	448.971,12	5.097,01	(1.417.391,59)
3.2.1.02.0001	4831	(-) RECUPERAÇÃO DESPESAS	51.003,60	0,00	5.097,01	56.100,61
3.2.1.02.0001	4676	ANÚNCIOS - CONTRATAÇÃO	(1.696,28)	710,00	0,00	(2.406,28)
3.2.1.02.0001	721	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	(4.814,24)	2.276,09	0,00	(7.090,33)
3.2.1.02.0001	744	DEPRECIACÕES	(32.347,46)	16.983,55	0,00	(49.331,01)
3.2.1.02.0001	773	DESPESAS C/VEÍCULOS	(444,19)	725,50	0,00	(1.169,69)
3.2.1.02.0001	6528	LOCAÇÕES	0,00	688,20	0,00	(688,20)
3.2.1.02.0001	1206	SERVIÇOS DE TERCEIROS	(704.734,15)	287.335,60	0,00	(992.069,75)
3.2.1.02.0001	939	TELEFONE/INTERNET	(191.403,23)	99.442,20	0,00	(290.845,43)
3.2.1.02.0001	891	VIAGENS, REFEIÇÕES E ESTÁDIAS	(89.081,53)	40.809,98	0,00	(129.891,51)
3.3	2128	DESPESAS OPERACIONAIS	(544.312,83)	232.712,55	525,18	(776.500,20)
3.3.1	5799	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(544.312,83)	232.712,55	525,18	(776.500,20)
3.3.1.02	572	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(531.661,55)	231.002,81	525,18	(762.139,18)
3.3.1.02.0001	900	ÁGUA E ESGOTOS	(695,05)	378,88	0,00	(1.073,93)
3.3.1.02.0001	661	ALUGUEL E CONDOMÍNIO	(214.461,76)	89.743,52	0,00	(304.205,28)
3.3.1.02.0001	1732	ANÚNCIOS	(8.703,74)	480,00	0,00	(9.183,74)
3.3.1.02.0001	678	ASSOCIAÇÕES/ANUIDADES	(26.243,82)	16.620,11	0,00	(42.863,93)
3.3.1.02.0001	709	BENS DE PEQUENO VALOR	(2.998,40)	1.315,49	0,00	(4.313,89)
3.3.1.02.0001	1755	CONFRATERNIZAÇÕES E EVENTOS	(8.464,02)	7.583,28	421,89	(15.625,41)
3.3.1.02.0001	1643	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	(3.025,74)	309,24	0,00	(3.334,98)
3.3.1.02.0001	1761	CURSOS	(3.330,00)	55,00	0,00	(3.385,00)
3.3.1.02.0001	1672	DESPESAS C/CARTÓRIO	(226,02)	265,65	0,00	(491,67)
3.3.1.02.0001	751	DESPESAS C/COMUNICAÇÃO	(14.782,37)	11.662,91	0,00	(26.445,28)
3.3.1.02.0001	767	DESPESAS C/COPIA	(16.497,06)	5.390,51	0,00	(21.887,57)
3.3.1.02.0001	780	DESPESAS C/LOCOMOÇÃO	(13.465,59)	3.134,83	0,00	(16.600,42)
3.3.1.02.0001	2631	DESPESAS POSTAIS	(12.995,40)	90,20	0,00	(13.085,60)
3.3.1.02.0001	922	ENERGIA ELÉTRICA	(25.613,33)	15.945,22	0,00	(41.558,55)
3.3.1.02.0001	796	FOTOCOPIAS	(12.084,76)	0,00	0,00	(12.084,76)
3.3.1.02.0001	804	FRETES E CARRETOS	(158,30)	0,00	0,00	(158,30)
3.3.1.02.0001	1689	GRÁFICA E IMPRESSOS	(1.118,00)	2.082,00	0,00	(3.150,00)
3.3.1.02.0001	811	HONORÁRIOS	(8.300,00)	4.448,00	0,00	(12.748,00)
3.3.1.02.0001	550	INSS	(7.094,97)	2.940,46	0,00	(10.035,43)
3.3.1.02.0001	684	JORNAIS, LIVROS E REVISTAS	(5.946,65)	2.351,53	0,00	(8.298,18)
3.3.1.02.0001	827	LIMPEZA, MANUT. E CONSERVAÇÃO	(4.140,68)	4.799,08	0,00	(8.939,76)

Balancete de Verificação

Página: 449
Período: 01/01/07 à 31/12/07

Conta	Reduzido	Nome	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
.3.1.02.0001	833	MANUTENCAO MAQ..EQUIPOS	(44.515,78)	11.349,00	0,00	(55.864,78)
.3.1.02.0001	840	MATERIAL DE EXPEDIENTE	(29.258,42)	7.511,37	95,06	(36.674,73)
.3.1.02.0001	1695	MEDICAMENTOS	(8,10)	40,98	0,00	(49,08)
.3.1.02.0001	879	PRO-LABORE	(23.510,00)	13.085,70	8,23	(36.587,47)
.3.1.02.0001	3234	PROCESSAMENTO DE DADOS	(947,00)	9.191,08	0,00	(10.138,08)
.3.1.02.0001	1666	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	(32.867,77)	8.813,58	0,00	(41.681,35)
.3.1.02.0001	1749	REFEICOES	(822,61)	1.278,71	0,00	(2.101,32)
.3.1.02.0001	856	SEGUROS	(531,43)	234,96	0,00	(766,39)
.3.1.02.0001	2648	SERVIÇOS DE ENTREGAS	(5.972,52)	5.778,87	0,00	(11.751,39)
.3.1.02.0001	2163	VIAGENS E ESTADAS	(49,00)	2.549,35	0,00	(2.598,35)
.3.1.02.0001	1650	VIGILANCIA E SEGURANCA	(2.833,26)	1.623,30	0,00	(4.456,56)
.3.1.04	2690	IMPOSTOS E TAXAS	(12.651,28)	1.709,74	0,00	(14.361,02)
.3.1.04.0001	2016	COFINS E PIS S/OUTRAS RECEITAS	(267,55)	478,59	0,00	(746,14)
.3.1.04.0001	916	IMPOSTOS E TAXAS	(12.383,73)	1.231,15	0,00	(13.614,88)
.4	738	RESULTADO FINANCEIRO	(76.596,05)	33.884,69	21.210,00	(89.270,74)
.4.1	715	RESULTADO FINANCEIRO	(76.596,05)	33.884,69	21.210,00	(89.270,74)
.4.1.01	3270	DESPESAS FINANCEIRAS	(84.762,60)	33.884,69	2.400,01	(116.247,28)
.4.1.01.0001	945	CPMF	(20.289,94)	13.108,06	0,00	(33.398,00)
.4.1.01.0001	951	DESCONTOS CONCEDIDOS	(1.727,33)	1.842,06	0,00	(3.569,39)
.4.1.01.0001	968	DESPESAS BANCARIAS	(9.701,10)	6.185,34	0,00	(15.886,44)
.4.1.01.0001	974	IOF-IMP.S/OPER.FINANCEIRAS	(0,97)	0,00	0,00	(0,97)
.4.1.01.0001	997	JUROS PASSIVOS	(42.956,00)	5.216,16	200,01	(47.972,15)
.4.1.01.0001	1005	MULTAS	(7.763,33)	7.233,67	2.200,00	(12.797,00)
.4.1.01.0001	2371	VARIACAO CAMBIAL PASSIVA	(2.323,93)	299,40	0,00	(2.623,33)
.4.1.02	981	RECEITAS FINANCEIRAS	8.166,55	0,00	18.809,99	26.976,54
.4.1.02.0001	1011	DESCONTOS OBTIDOS	52,97	0,00	117,33	170,30
.4.1.02.0001	1028	JUROS ATIVOS	1.413,48	0,00	5.715,47	7.128,95
.4.1.02.0001	1034	RENDIMENTO S/APLIC.FINANCEIRAS	6.700,10	0,00	12.977,19	19.677,29
.7	5820	PROVISAO IRPJ E CSLL	(322.569,63)	354.717,99	0,00	(677.287,62)
.7.1	5836	PROVISAO IMPOSTO DE RENDA	(322.569,63)	354.717,99	0,00	(677.287,62)
.7.1.01	4647	IMPOSTO DE RENDA	(230.888,39)	254.469,09	0,00	(485.357,48)
.7.1.01.0001	1590	IRPJ - PRESUMIDO	(230.888,39)	254.469,09	0,00	(485.357,48)
.7.1.02	4631	CONTRIBUICAO SOCIAL	(91.681,24)	100.248,90	0,00	(191.930,14)
.7.1.02.0001	1583	CONTRIB.SOCIAL - PRESUMIDO	(91.681,24)	100.248,90	0,00	(191.930,14)
	1347	CONTAS TRANSITORIAS	1.821.405,20	1.548.197,85	0,00	3.369.603,05
.1	1353	CONTAS DE APURACAO DE RESULTADO	1.821.405,20	1.548.197,85	0,00	3.369.603,05
.1.1	1360	RESULTADO DO EXERCICIO	1.821.405,20	1.548.197,85	0,00	3.369.603,05
.1.1.01	1376	RESULTADO DO EXERCICIO	1.821.405,20	1.548.197,85	0,00	3.369.603,05
.1.1.01.0001	1382	APURACAO DO RESULTADO	1.821.405,20	1.548.197,85	0,00	3.369.603,05